

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
LICENCIATURA EM MÚSICA

FRANK HENRIQUE RIBEIRO QUIM

**OS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: a
ditadura militar no Brasil e suas implicações em São Luís - MA**

SÃO LUIS

2019

FRANK HENRIQUE RIBEIRO QUIM

**OS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: a
ditadura militar no Brasil e suas implicações em São Luís - MA**

Monografia apresentada ao Curso de Música
da Universidade Estadual do Maranhão para a
obtenção do grau de Licenciatura em Música.

Orientador Prof. Me. João Costa Gouveia
Neto.

SÃO LUIS

2019

Quim, Frank Henrique Ribeiro.

Os sambas-enredos cariocas nas décadas de 1970 e 1980: a ditadura militar e suas implicações em São Luís - MA. / Frank Henrique Ribeiro Quim. – São Luís, 2019.

72f.

Monografia (Graduação) – Curso de Música, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Me. João Costa Gouveia Neto.

1. Sambas-enredo. 2. Ditadura militar. 3. Décadas de 1970 e 1980.
4. São Luís. I. Título.

CDU 78:394.25“1970/1980”(81)

FRANK HENRIQUE RIBEIRO QUIM

**OS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: a
ditadura militar no Brasil e suas implicações em São Luís - MA**

Monografia apresentada ao Curso de Música
da Universidade Estadual do Maranhão para a
obtenção do grau de Licenciatura em Música.

Orientador Prof. Me. João Costa Gouveia
Neto.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. João Costa Gouveia Neto

1º Examinador

2º Examinador

A Deus, meus pais, e à minha esposa que sempre me apoiaram em cada passo e em cada conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força concedida para a realização deste trabalho, sem Ele não teria conseguido.

À minha família, em especial a minha mãe e meu pai, que me apoiaram quando decidi iniciar o curso de Música e que ao longo da minha trajetória superaram adversidades “insuperáveis” para me dar uma educação digna.

À minha linda esposa, Keila, sem você eu não conseguiria.

Ao meu irmão mais velho, Fábio Quim, meu primeiro professor da vida.

Aos meus amados amigos-irmãos: Enoque e Hamilka.

Aos amigos da banda Alpha.

À minha igreja que me construiu ao longo do tempo.

À Roseane Ribeiro, minha primeira regente do coral infantil.

À Luciano Ricardo, meu primeiro professor de bateria e que inclusive, me dava aula de graça quando era criança.

Ao meu orientador João Gouveia, que principalmente em momentos finais desse trabalho, mostrou uma compreensão sem precedentes.

E a todos familiares e amigos que oraram e torceram por mim, Deus é fiel e não abandona os seus!

RESUMO

Neste estudo pretende-se abordar uma análise crítico-argumentativa dos sambas-enredos cariocas e contextualiza-los com o momento histórico, político, e social das décadas de 1970 e 1980, sendo que para isso, dentro dessa proposta, explana-se também décadas anteriores, como a era Vargas, período de surgimento e consolidação do Samba Moderno, mais precisamente, do seu subgênero, samba-enredo. Analisa-se também por meio desses sambas-enredos, o contexto sócio-político e econômico do país, desencadeado pela Ditadura Militar. Explora-se ainda o contexto de instauração, período de vigência e destituição da ditadura militar, em âmbito nacional e local, isto é, do estado do Maranhão e capital São Luís, a fim de fazer uma breve análise comparativa entre contexto sociopolítico econômico, marcos históricos compreendidos nas décadas de 1970 e 1980 e suas influências nos sambas-enredos compostos neste período.

Palavras-Chave: Sambas-enredo, Ditadura Militar, décadas de 1970 e 1980, São Luís.

ABSTRACT

This study intends to approach a critical-argumentative analysis of the sambas-entrances of Rio de Janeiro and contextualizes them with the historical, political, and social moment of the 1970s and 1980s. For this reason, within this proposal, it is also explained decades such as the Vargas era, the period of the emergence and consolidation of Modern Samba, more precisely, of its subgenre, samba-plots. The socio-political and economic context of the country, triggered by the Military Dictatorship, is also analyzed through these sambas-entrances. It also explores the context of establishment, period of validity and removal of the military dictatorship, at the national and local levels, that is, of the state of Maranhão and the capital of São Luís, in order to make a brief comparative analysis between socio-economic context, milestones historical figures comprised in the 1970s and 1980s and their influences on the composite samba-plots in this period.

Key Words: Samba lyrics, Military Dictatorship, 1970s and 1980s, São Luís.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	A DITADURA MILITAR NO BRASIL: O contexto histórico-social de São Luís-MA	13
2.1	A São Luís de meados ao final da década de 1980.....	29
3	OS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS E A DITADURA MILITAR NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: uma revisão histórica	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1 INTRODUÇÃO

É notória a elevada importância do Samba para a cultura popular brasileira, importância tal dada principalmente pelo grau de identidade e genuinidade que essa estética musical deu ao povo brasileiro. Esse estilo musical deu ao Brasil grandes poetas-compositores, cantores, músicos, dançarinos todo um rico contexto cultural que se infiltrou e enraizou-se no decorrer do século XX, dando ao povo brasileiro não só uma identificação, mas também, de maneira mais significativa, um pertencimento musical.

O Samba-enredo, subgênero do Samba, surgiu no ano de 1933, no desfile da escola Unidos da Tijuca, intitulado de “Mundo do Samba”. Há controvérsias sobre o fato de este ter sido o primeiro Samba-enredo criado, mas vale dizer que dentre às controvérsias, “Mundo do samba” tem a primazia e é considerado o primeiro Samba-enredo composto.

Até 1935, a maioria das escolas de Samba já tinha um enredo, uma temática de Samba, mas na avenida, estes eram cantados em improvisos, com apenas um refrão pronto. Diga-se de passagem, com improvisos e refrão totalmente alheio ao tema. Vale dizer também que até 1935, os desfiles não eram organizados, pois não tinham horários definidos para cada escola; nem samba-enredo definido, devido à improvisação da maioria; ordem de desfile; nem premiação relevante em valor. Ainda nesse mesmo ano, o então prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, decretou a elaboração de um regulamento para os desfiles, prevendo dentre outras normas, uma premiação para a escola campeã do carnaval. Através desse regulamento, ficou estabelecida como regra de cumprimento obrigatório por parte de todas as escolas de Samba, a utilização dos Samba-enredos nos desfiles carnavalescos. Assim as escolas de Samba se organizaram de maneira generalizada, no então governo de Getúlio Vargas, ancorado nos ideais modernistas da época.

É importante ressaltar que este trabalho aborda o Samba-enredo nas décadas de 1970 e 1980, época da ditadura militar no Brasil, mais também explana sobre algumas décadas do período do governo de Getúlio Vargas e épocas posteriores a esse governo que contribuíram para a instauração da ditadura militar no Brasil. Porém, para efeito de compreensão do período ao qual o presente trabalho trata, é necessário voltar um pouco no tempo, mas precisamente em 1964, ano em que foi instaurada a ditadura militar no Brasil.

Tendo como referência este marco político, é necessário destacar que o mesmo ocorreu, partindo de um viés democrático, de maneira totalmente ilegal. Com a deposição do

então presidente João Goulart fecharam-se os partidos da época, extinguindo-se assim, o que seria um dos maiores indícios de uma democracia institucionalizada. A Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido dos militares; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), foram os únicos partidos que ficaram existentes; sendo que o MDB e os outros partidos que mais tarde foram institucionalizados, só os foram pela ordem ou permissão dos próprios militares.

Salienta-se também neste trabalho que o período das eleições eram no mínimo “legalmente injustiças”, definidas em última instância por colegiados formados, em sua maioria por militares e decisivamente influenciadas pelo unilateralismo político da própria ditadura militar. E assumindo de vez uma postura totalmente antidemocrática, fecharam o congresso nacional em 1977, sendo que para isso institucionalizaram a AI-5 (Ato Institucional nº05), que decretou assim a repressão institucionalizada, marcando esta época por decorrências de perseguições políticas, exílios, desaparecimento e morte de opositores ao regime.

Também é relevante pontuar que a constituição instituída em 1967, foi aprovada sem passar pelo então ainda vigente congresso nacional, atestando assim a ilegalidade democrática do regime militar. Por fim, é relevante dizer que em anos finais ao Regime, foi deflagrada uma generalizada crise econômica no Brasil, com índices exorbitantes de inflação, recessão econômica, e aumento desproporcional da dívida externa.

Com base nesse contexto e destacando como referência às décadas de 1970 e 1980 no Brasil, época de significativas decorrências políticas que influenciaram todo o contexto político, social e econômico de São Luís, Exemplifica-se acontecimentos que contribuíram para que mais tarde, se concretizassem dois dos mais importantes marcos políticos da história do Brasil: o fim da ditadura militar (1985), e as eleições diretas em 1989.

Enfatiza-se que nesta época, sem a internet, a música popular brasileira, no caso o samba-enredo, foi um dos principais veículos de ideias e anseios políticos da sociedade brasileira. E que os fatos desta época, assim como o samba-enredo em si, tiveram forte influência e relevância respectivamente para o país, estado e cidade.

Partindo-se da prerrogativa da musicologia de analisar a música em todos os seus aspectos teóricos tem-se como objetivo neste trabalho, analisar o contexto político e social do Brasil, mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980 expressados através dos Samba-enredo compostos. Dessa forma o principal objeto de análise são os sambas-enredos

compostos nessa época por compositores das escolas de samba do Rio de Janeiro, sendo necessário fazer, dentro dessa mesma proposta de análise dos sambas-enredo, uma reportação aos períodos históricos que compreendem a era Getúlio Vargas no Brasil.

Em meio à proposta do presente trabalho de análise do contexto sociopolítico do Brasil na época da Ditadura Militar, torna-se plausível, também abordar o contexto social político e econômico da ditadura militar em âmbitos locais, ou seja, no Estado do Maranhão, com foco na capital, São Luís.

Destacam-se como referência as décadas de 1970 e 1980, época da ditadura militar e o Samba-enredo, como subgênero do Samba que já era tido como música autêntica brasileira e ao lado de meios impressos como: livros, jornais, revistas, dentre outros, foi um dos principais veículos de comunicação e de expressão de pensamentos e convicções nesta época.

Diante da relevância do Samba-enredo no tempo da ditadura militar, é imprescindível analisar o contexto histórico das décadas de 70 e 80 em que se insere o Samba-enredo, assim como produções da época em destaque, por compositores de escolas de samba cariocas, a fim de averiguar o contexto político, social e econômico da época, inclusive os ideais de mudança, a insatisfação, as ideologias, ou ainda a conformidade, ou o possível descaso ideológico que o povo brasileiro especulativamente estava susceptível no período da ditadura militar.

Para realização deste trabalho buscou-se responder a indagações como:

- O que os Samba-enedos cariocas compostos nas décadas de 70 e 80 expressavam de forma explícita ou não no que se refere ao contexto político, social e econômico brasileiro?
- Como a censura da ditadura militar influenciava na composição dos Sambas-enedos e em todo o contexto de apresentação destes, no tocante às agremiações carnavalescas?

No processo deste trabalho, estabeleceram-se etapas que pudessem tornar concreta esta análise, e elaborou-se um plano de execução, que diz respeito primeiramente à identificação dos sambas-enedos das agremiações carnavalescas cariocas que se evidenciaram na participação dos desfiles de carnaval da época estudada. O segundo passo foi identificar os principais compositores da época, dando-se preferência aos que tiveram suas

composições vencedoras nas décadas de 70 e 80 O terceiro passo foi à pesquisa bibliográfica, com o intuito de coletar dados referentes aos objetivos do presente trabalho.

A metodologia aplicada à pesquisa foi à bibliográfica feita através levantamento bibliográfico em bibliotecas, sites, e portais de periódicos. A relevância deste trabalho situa-se na função do mesmo de esclarecer à comunidade acadêmica musicista e aos admiradores desse subgênero musical, a intencionalidade das letras presente nestes sambas, se valendo desta como meio de expressão, análise e averiguação dos anseios ideológicos da população brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, perpassando pelo período da Ditadura Militar no Brasil.

No primeiro capítulo do presente trabalho, explana-se o contexto histórico e social das décadas de 1970 e 1980 em São Luís, com o viés de abordagem sempre tendo a interligação deste com o contexto nacional, assim como uma prévia abordagem desse mesmo contexto sociopolítico a períodos anteriores à instauração do Regime Militar do Brasil, como meio de contextualização do mesmo. O segundo capítulo aborda as características gerais e específicas dos sambas-enredos compostos no Brasil na época nas décadas de 1970 e 1980, mais precisamente no Rio de Janeiro, ainda que retornando em alguns momentos ao período que compreende ao governo Getúlio Vargas. E por fim as considerações finais.

2 A DITADURA MILITAR NO BRASIL: contexto histórico-social de São Luís - MA

Em início de fase do presente trabalho, torna-se necessário dentro da proposta dessa fase, contextualizar a instauração da Ditadura Militar no Brasil, obedecendo aqui os âmbitos políticos na esfera nacional, tendo em vista que tais circunstâncias influenciaram, de maneira direta, o contexto histórico, ancorados no momento político e social vividos em São Luís nas Décadas de 1970 e 1980.

Tendo em vista tal motivo de abordagem, a conjuntura política nacional que possibilitou a instauração da Ditadura Militar no Brasil estava intimamente atrelada ao então mandato do Presidente João Goulart, que tinha por ideal de Governo, convicções e aspirações comunistas que foram inicialmente colocadas em prática, através das propostas de reformas de base ao Congresso Nacional.

Tais reformas visavam, em um sentido mais amplo, o estabelecimento de um Estado pautado em práticas econômicas e governamentais, oriundas dos sistemas de economia capitalista. Nesse momento, discutia-se em vários âmbitos dos setores sociais, e de maneira muito acirrada, o estabelecimento de uma sociedade mais justa, frente ao período do “pós-guerra fria”, que causava uma dicotomia na sociedade brasileira, no tocante ao partidarismo, direita-esquerda, socialismo-capitalismo. Nesse sentido, tal dicotomia envolvia também a sociedade brasileira no contexto da época de diversas desigualdades sociais. Como também acontecia no país, protestos e reivindicações sociais, pautados nos mais variados tipos de desfavorecimentos que o povo brasileiro enfrentava na época.

Tendo em vista, a junção do dado contexto com a proposta das reformas de base realizadas por João Goulart e o dito “alvorço”, que tais propostas dessa reforma traziam naquele momento para o povo brasileiro, uma vez, ávido pela concretização de condições de vida mais justas, destaca-se que, na iminência de se concretizar tais reformas, os militares com o apoio de alguns setores políticos civis, que discordavam dos ideais de “Jango” deflagraram o Golpe Militar de 1964, depondo o então Presidente João Goulart, e assim, estabelecendo o Regime Militar no Brasil. Alegando tal necessária intervenção, devido à suposta ocasião de desordem em que tanto a política, como a sociedade popular brasileira, encontrava-se nesse momento.

Em se tratando de linhas gerais sobre a conjuntura governamental nacional, como fator de influência do contexto político e social local à qual o presente capítulo foi reservado,

torna-se necessário destacar que a princípio, o Golpe Militar de 1964 com a instauração do Regime Militar como poder vigente no Brasil, foi determinante e também um fator desencadeante para que se oportunizasse todo o contexto político e social de São Luís, como também do Estado do Maranhão nas Décadas de 1970 e 1980. Como outro fator de elevada influência para o referido contexto, mais específico da Década de 1980, a crise econômica que atingiu em grande escala as economias internacionais capitalistas, que por sua vez forçaram por meio de sanções econômicas, os países emergentes, a exemplo do Brasil, a adotarem o modelo econômico neoliberal.

O Regime Militar foi totalmente subserviente a esse modelo político-econômico, também denominado de “estado mínimo”, à qual se tem como principal característica, a centralização do poder regulador do mercado capitalista internacional em detrimento dos estados nacionais.

Obedecendo a um viés local, a fim de uma melhor compreensão do cotidiano de São Luís nas Décadas de 1970 e 1980, é necessário voltar um pouco no tempo, mais precisamente em 1965, ano em que José Sarney foi candidato e eleito Governador do Maranhão, sob tutela do Regime Militar, Regime esse instaurado no ano anterior em Brasília como o poder governamental vigente em todo país, a partir de então.

Segundo Botelho (2007), José Sarney foi amplamente beneficiado pelo Golpe Militar de 1964, que lhe forneceu todas as condições, inclusive os materiais, para implantar sua própria oligarquia, frente ao decadente Vitorinismo.

Sobre a ascensão de Sarney no quadro político maranhense, e deste, em razão da decadência da Oligarquia de Vitorino Freire conforme Wagner Cabral da Costa (2006), em seu artigo intitulado “O SALTO DO CANGURU”, José Sarney foi beneficiado por uma série de artimanhas políticas e medidas tomadas pelo Regime Militar a fim de estabelecer a generalização do poder da Ditadura em todo território nacional, logo após o Golpe de 1964.

Segundo Costa (2006), após o Golpe, os militares trataram de enfraquecer em todo território nacional as bases dos partidos hegemônicos do período populista (PSD e PTB), aos quais poderiam se atribuir certa resistência ao regime então recém-instaurado, por conta destes partidos defenderem ideais nacionalistas que iam de encontro aos ideais políticos dos militares, pois o viés nacionalista político na época contextualizado no Brasil estava

intimamente atrelado ao comunismo, por sua vez combatido pelos militares, contexto no qual foi desencadeado o Golpe militar.

Diante do contexto político-partidário dos militares, como influenciador relevante do então quadro político maranhense, destaca-se que o PSD no Maranhão tinha na pessoa do Oligarca Vitorino Freire, o seu pilar de sustentação governamental. Que conforme Costa (2006), o partido teria sofrido no Maranhão uma ocasional cisma por conta de uma disputa sobre quem ficaria na direção local do PSD no Estado, sendo assim apadrinhado pelos militares, diante da promoção eleitoral do então novo Governador para as eleições de 1965.

Tal disputa envolveu dois líderes do PSD: Vitorino Freire, na posição de oligarca da época e o então Governador Newton Bello. Vitorino Freire teria lançado a Governador do Estado o candidato Costa Rodriguez, então Prefeito nomeado da capital; e o segundo, na época, Deputado Federal, Renato Archer. É necessário destacar, que tal disputa acabou por enfraquecer o PSD no Maranhão e, conseqüentemente, a oligarquia Vitorinista, da qual o próprio Newton Belo como Governador fazia parte, antes do Golpe de 1964.

Ainda como circunstâncias ocasionadas, pelo Regime Militar na tentativa de unificar o seu poder em todo país, Costa (2006) afirma que o então candidato a governador Renato Archer teve seus direitos políticos cassados, mediante as prerrogativas da AI-01, nos mesmos moldes como era feito em todo o território nacional nesta época, a fim de evitar qualquer reação contra a candidatura do Regime Militar. Costa (2006) destaca também que o então deputado federal Neiva Moreira, devido os adventos da AI-1, teve seu mandato e todos seus direitos políticos cassados e foi exilado na época sendo um forte nome para as eleições a governador de 1965.

Os militantes de esquerda e até de oposição foram duramente perseguidos em São Luís e segundo Costa (2006), **O Jornal do Povo** e a **Tribuna do Povo** (canal de veiculação do Partido Comunista do Brasil-PSB), foram fechados; manifestações públicas, vetadas; foram presos dirigentes comunistas, líderes sindicais e outros “subversivos”.

Em linhas mais detalhadas sobre o dispositivo “legal” imposto pela Ditadura, que possibilitou limpar o quadro político no Maranhão em benefício de Sarney nas eleições de 1965, Botelho (2007), enfatiza que pelo AI-1, Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, que, nos termos do artigo 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspendia, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão que fizesse oposição à Ditadura Militar.

Nesse contexto, em São Luís, pessoas ilustres como a médica Maria José Aragão e o poeta Bandeira Tribuzi, foram perseguidos, presos e torturados. E Sarney, além de não sofrer danos, passou a ser apadrinhado pelos militares no Maranhão. É relevante frisar, o fato do mesmo, antes do Golpe de 1964, fazer parte da UDN (União Democrática Nacional), partido que como o próprio nome diz, tinha a democracia como ideal político. José Sarney fazia parte do referido partido UDN, que representava a ala civil de confiança, ou seja, aliada do Regime Militar. O que revelou uma pseudo Democracia demandada pela Ditadura Militar com intuito de seu próprio estabelecimento.

Diante das estratégias praticadas pelo Regime Militar em esfera local, principalmente na pessoa do General Castelo Branco, destaca-se o fortalecimento a UDN no Maranhão, por sua vez também em São Luís, promovendo a vitória de José Sarney nas eleições para governador de 1965. Estratégia esta que vigorou, devido ao fato de que a partir de 1966 o maranhão teve Sarney como mandante político, quando neste mesmo ano assumiu o governo do Maranhão, conforme afirma Costa na seguinte citação:

Este é um aspecto muitas vezes negligenciado nas análises da ditadura militar: seu impacto quanto à reorganização dos sistemas de poder nos Estados, pois paralelamente à brutal repressão, o regime buscou liquidar os alicerces de sustentação dos partidos dominantes no período “populista” (PSD e PTB), fortalecendo os setores confiáveis da ala civil do golpe, a UDN. Foram inúmeras as intervenções, diretas e indiretas, visando garantir a dominância de seus subordinados civis, num complexo processo de reengenharia política que visava “sanar”, segundo uma ótica elitista, o sistema político brasileiro. Assim, os adversos resultados de 1965, com a vitória do PSD em cinco estados (incluindo Minas Gerais e Guanabara), precipitaram uma nova reviravolta autoritária (AI-2 e AI-3): foram estabelecidas eleições indiretas para presidente da República e Governadores (na prática, a supressão do federalismo através da centralização na cúpula militar); uma nova onda de cassações e perseguições; extinção do sistema pluripartidário (com o surgimento do bipartidarismo, ARENA e MDB). (COSTA, 2006, p.5)

Segundo Botelho (2007), já nas campanhas eleitorais de 1965, a partir de então, o governo militar fortalecia e protegia a candidatura e posteriormente o governo Sarney. Com relação ao fato citado, o mesmo autor destaca o que diz a revista Carta Capital:

[...] da Bossa Nova udenista, Sarney foi o único a não ser cassado. Apesar de fazer parte de um Index dos militares, foi beneficiado pela interferência direta do Marechal Humberto Castelo Branco. O general golpista vetou o nome de Renato Archer, o candidato preferido de Vitorino Freire. Sem alternativa, os governistas maranhenses foram obrigados a optar por um político obscuro, o médico Costa Rodriguez. Archer, apesar de preterido, lançou candidatura independente, mas a iniciativa só serviu para rachar a base de Freire. Além disso, coronéis, a mando de Castelo Branco, visitaram municípios do interior e sugeriram aos caciques locais, em nome da “revolução”, apoio ao udenista. (REVISTA CARTA CAPITAL, 2005, apud BOTELHO, 2007, p.189).

Ainda sobre a vitória de Sarney nas eleições de 1965, torna-se relevante a importante afirmativa de Costa (2006):

Vitória eleitoral e consagração popular sob tutela militar, num curioso processo de “libertação pelo alto”, em que o desejo oposicionista de uma intervenção federal “saneadora” finalmente se concretizou, mas ao custo de reestruturar (e não romper) o sistema oligárquico e patrimonial de dominação (com o que, discordamos frontalmente de todos aqueles que apontam uma descontinuidade na política maranhense, com uma suposta ruptura das estruturas políticas básicas no pós-64). Uma “vitória outorgada” nas palavras de Caldeira, para quem a eleição representou “apenas o referendun da sociedade civil do Estado para a consecução dos objetivos do Governo Central”, quais sejam, a “necessidade de inserção do Maranhão dentro do projeto político estabelecido pela Revolução de 1964”, através do “afastamento dos centros de decisão política de alguns Estados, de alguns coronéis tradicionais do PSD”. (COSTA, 2006, p.7)

Com relação ao fato relatado na citação anterior, e ainda, quanto ao papel dos militares na construção do poder oligárquico de José Sarney, Botelho (2007) destaca a seguinte interpretação do historiador Wagner Cabral:

Tantas e tão profundas mudanças introduzidas pelo regime militar na política maranhense surtiram o efeito desejado propiciando a vitória oposicionista em 3 de Outubro de 1965. Dava-se mais um salto espetacular do “canguru”, de nacionalista e reformista transformou-se em subordinado civil do regime autoritário. Passados quase quinze anos da Greve de 1951, a bandeira oposicionista da “moralização dos costumes políticos” foi empunhada pela ditadura militar, que “do alto” determinou a mudança das regras do jogo na política maranhense, reestruturando o sistema de dominação oligárquica e provocando a alternância de grupos políticos no poder[...]” (COSTA, 2006, apud BOTELHO, 2007, p. 190).

Sobre o fragmento citado, para efeito de compreensão, torna-se necessário elucidar a referida Greve de 1951, que segundo Botelho (2007), foi um movimento de revolta popular influenciado pela oposição política da época, contra as fraudes eleitorais ocorrentes no tempo de vigência da oligarquia Vitorino Freire, feitas a mando do próprio. Dentre muitas manifestações de revolta, destaca-se o fato dos rebeldes terem fechado em 1951, o porto de São Luís como estratégia, diminuindo a oferta de alimentos em todo o Estado do Maranhão.

São Luís ficou em total “estado de inércia”, por uma greve geral nos meses de fevereiro e março e posteriormente setembro e outubro. É importante salientar que a oposição política ao Vitorinismo, que influenciou o levante popular da referida greve de 1951, era pautada em ideais democráticos. E por assim dizer, a UDN, um dos principais partidos de cunho democrático da época, à qual tinha como seu ilustre adepto José Sarney, influenciou preponderantemente a referida greve.

Como todo o contexto político e social de São Luís nas décadas de 1970 e 1980, está intimamente ligado à carreira política do referido oligarca: José Sarney, desde o seu

primeiro mandato, que teve início em 1966, com o lema “Maranhão Novo”, representava uma ruptura com o passadismo da Oligarquia Vitorinista. Sempre subserviente ao Regime Militar, ao final do seu primeiro mandato, em 1971, Sarney consolidou a sua hegemonia política em São Luís em todo território maranhense, seja por indicação ou influenciando diretamente nas eleições de quase todos os governantes do Maranhão, inclusive os prefeitos de São Luís que na época eram indicados pelo Regime Militar, e isto não só durante todo o transcorrer das décadas de 1970 e 1980, até o início do ano 2000.

São Luís, de 1970 e 1980, recebeu muitos trabalhadores que migraram do interior do estado em decorrência de conflitos rurais resultantes de políticas agrárias mal executadas do governo Sarney. Botelho (2007) destaca que tais políticas consistiam em disciplinar a ocupação de terras e a titulação das mesmas, mas o que Sarney executou foi a regulamentação jurídica das terras públicas estaduais, por meio da instituição da Lei de Terras do Estado do Maranhão em 1969, assim dentro da prerrogativa desta lei foi criada a Reserva Estadual de Terra e as Delegacias Estaduais de Terras.

Todo esse contexto agrário possibilitou a atração de grupos econômicos. A autora Zuleide Muniz Barbosa em seu artigo intitulado “As Temporalidades Políticas no Maranhão”, diz que tais dispositivos legais promoveram um verdadeiro mercado de terras no maranhão. Conforme a citação a seguir:

Data desse período a chamada “lei da terra”, instituída entre 1966 e 1970 pelo governo Sarney e promulgada pelo seu sucessor, Pedro Neiva de Santana. Criou-se um mercado de terras, responsável por um conjunto de transformações das relações sociais no campo. A frente de expansão foi acompanhada pela intensificação da “grilagem” (uso privado de terras devolutas), seguida da instalação de grandes grupos agro-industriais [sic] privados nacionais e internacionais. (BARBOSA, 2003, p.3, Revista Lutas Sociais).

Desni Lopes Almeida (2008) descreve os tipos de grilagem conforme citação:

De acordo com Luna (1984, p. 46), o apossamento ilegítimo de terras por meio da grilagem envolve processos complexos, sendo que: - As terras são tomadas dos posseiros, para simples especulação e permanecem como reserva de valor. [...] - As terras são tomadas dos posseiros e destinadas a atividades agropecuárias [...]. - As terras são tomadas por um dos herdeiros do dono que possui o título de terra, promovendo a expulsão dos outros (grilagem em situações de herança sem partilha). - As terras são objeto de grilagem cartorial, falsificação de títulos e documentos em cartórios, dificultando a reconstituição da cadeia dominial e permitindo a ação dos grileiros com maior dificuldade. - As terras indígenas são invadidas por empresas ou fazendeiros. (LUNA, 1984, apud ALMEIDA, 2008, p. 31).

Botelho (2007) também destaca que esses grupos agroindustriais, aos quais se refere à citação mediatamente anterior como também particulares agropecuaristas, passaram a

adquirir até 100.000 hectares de terras. E que tais políticas praticadas no Governo Sarney, beneficiou particulares empresas nacionais e estrangeiras, que ao explorarem a terra, promoveram o surgimento de latifúndios gerando grandes conflitos no Estado. Sobre tal fato nota-se uma íntima relação dessas práticas do primeiro governo Sarney, sob a tutela dos militares, com os ideais e interesses políticos e econômicos dos mesmos, sobre essa referida relação, tem-se em vista aqui salientar a seguir duas citações de Costa (1997), lê-se a primeira:

Segundo a nossa ótica, a ascensão da nova oligarquia coincidiu com o movimento de expansão do capitalismo monopolista do centro-sul do país para o meionorte e a Amazônia, acelerado pelos governos militares. A nova oligarquia buscou se situar nesse processo, adotando uma prática e um discurso desenvolvimentistas, procurando reservar para si determinadas funções de mediação entre o Estado e os interesses privados, através da adaptação da estrutura do governo estadual e sua utilização patrimonial, ao mesmo tempo em que subordinava, de forma muito estreita, a “máquina” do Estado aos interesses da acumulação de capital. Esta função econômica se constituiu num aspecto central do exercício da dominação pela oligarquia emergente, desde o “Maranhão Novo” de José Sarney [...]. (COSTA, 1997, p. 8)

E ainda, a segunda:

Além da preocupação econômica mais visível, deve-se acrescentar a preocupação social presente no discurso do “Maranhão Novo”, devido em parte à sua trajetória junto às “Oposições Coligadas”, em parte à própria ideologia nacional desenvolvimentista, cujo fim último (nunca alcançado, mas sempre proclamado) era construir a “grandeza da Nação” e o “bem-estar do povo brasileiro”. Assim, o projeto do “Maranhão Novo” possuía um conteúdo social, pelo menos no discurso, numa fórmula que conjugava Desenvolvimento e Justiça Social”. Fórmula reveladora da inusitada combinação de bases sociais e políticas, que incluía o apoio da oposição regional (oligárquica e até de esquerda) e o apoio da direita civil e militar a nível nacional. (COSTA, 1997, p.8)

Referindo-se às práticas políticas econômicas concernentes aos ideais “desenvolvimentistas” do então governo “Maranhão Novo” de Sarney, por sua vez, sob a égide do Regime Militar, pontua Costa (1997) na seguinte citação:

Na realidade o que prevaleceu foi a ótica do desenvolvimento do capitalismo com forte injustiça social. O projeto “Maranhão Novo” é um exemplo típico de uma proposta de modernização conservadora, pois, de um lado, perseguiu o desenvolvimento econômico através de várias iniciativas, tais como: a criação de um organismo de planejamento (a SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), o investimento em infraestrutura de transportes e energia (Porto do Itaqui, Rodovia São Luís -Teresina, hidroelétrica de Boa Esperança, petróleo!?), a prioridade dada aos “grandes projetos agropecuários” em detrimento dos pequenos produtores rurais, a “modernização” da estrutura de propriedade fundiária com a Lei de Terras de 1969 (que ampliou o espaço para a grilagem com apoio do governo do Estado e para a venda de terras devolutas a grupos privados. (COSTA, 1997, p.9)

De acordo com Gomes (2009) a lei de Terras do Maranhão de 1969, também era conhecida como a Lei Sarney. E sobre ela, Almeida (2008) ao citar Pedrosa (2007) comenta:

Conforme nos relata Pedrosa (2007): O instrumental jurídico para as transferências das áreas era a Lei de Terras de 17 de junho de 1969 (Lei n.º 2.979). Para tanto, foi criada a Comarco – Companhia Maranhense de Colonização – a 6 de dezembro de 1971 (Lei 3.230), que logo incorporou ao seu patrimônio uma área de 1.700.000 hectares de terras, localizada no Centro-Oeste do Estado, englobando parte dos Municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante e outra de 400.000 hectares na região do Maracassumé, atingindo o município de Turiaçu e limitando-se com as terras da Colone. Do montante dos 1.700.000 hectares, 300.000 seriam destinados aos pequenos colonos (dez mil famílias). O Restante seria vendido a grandes empresas, que deveriam empreender a chamada ocupação racional do solo, a partir da utilização da mão-de-obra dos lavradores sem-terra. A legitimação dos grilos nessas regiões ocorreu principalmente a partir da vigência da Lei das Ações Discriminatórias (Lei n.º 6.383/76), com a exclusão dos primeiros ocupantes, dentro de um procedimento exíguo para habilitação dos posseiros e de uma sistemática inacessível (ao homem do interior) para o conhecimento dos prazos – via editais. (PEDROSA, 2007 apud ALMEIDA, 2008, p. 54)

A mesma autora, Almeida (2008), em claro intuito de melhor aprofundamento no tocante ao respaldo da citação anterior, destaca também, a afirmação de Costa (1994):

O marco do processo de ocupação capitalista das terras foi a aprovação da lei Nº 2979/69, Estatuto da Terra do Maranhão, a lei de terras do Governo Sarney (1966-1970). “Incentivar a apropriação de terras, à medida que abre o campo para as ocupações de terras, via sociedade anônima, provocando o esmagamento da pequena propriedade e a institucionalização da grilagem.” (COSTA, 1994, apud ALMEIDA, 2008, p. 54)

Em linhas de pronunciamentos do então Governador José Sarney, seguem duas citações de Almeida (2008) nas quais se explicitam o intuito do mesmo ao instituir essas leis e estatutos. Que segunda a autora, a primeira decorreu-se no II Encontro de Investidores em Salvador e a segunda, em uma palestra no auditório da *Folha de São Paulo* Almeida (2008):

Seria fácil vender um estado excelentemente localizado do ponto de vista geoeconômico como o Maranhão, com suas terras reconhecidamente exuberantes, onde não se verificam os excessos do Nordeste árido ou da Amazônia dos charcos e pantanais. Não seria difícil conseguir que os olhos e as intenções dos investidores se voltassem para o Maranhão, onde uma população de 3,5 milhões de habitantes continua recebendo, anualmente milhares de nordestinos que para lá se dirigem, à procura dos vales dos seis ou sete grandes rios perenes que fertilizam nossas terras, e criam, conosco, uma Nova Fronteira Econômica para o Nordeste. (SARNEY, apud ALMEIDA, 2008, p. 56)

O Maranhão é de impressionante riqueza potencial e o único Estado amazônico que pode oferecer, a curto prazo, energia elétrica a baixo custo, estradas em perene ligação com o nordeste e a Amazônia, recursos naturais parcialmente levantados e que poderão orientar a carga de recursos financeiros e humanos para a região. As manchas de fertilidade de seu solo são imensas e sem a acidez dos solos tipicamente amazônicos e sua agropecuária, embora nômade e extensiva, pode suscitar

investimentos maciços, como efetivamente já vem recebendo nas áreas de Açailândia e Lago do Junco. (SARNEY em palestra na FOLHA DE SÃO PAULO apud ALMEIDA, 2008, p. 56)

Os conflitos resultantes das já referenciadas práticas político-econômicos decorridas no Maranhão, com tais conflitos, também em parte referenciados anteriormente resultaram na expulsão de muitos trabalhadores rurais de suas próprias terras, que também por sua vez desencadeou, o também já referenciado no começo deste parágrafo, Êxodo Rural de trabalhadores do interior do Estado em direção a outros Estados e às grandes Cidades, inclusive São Luís. Ainda sobre tais conflitos no interior, Desni Lopes Almeida (2008) cita:

Segundo pesquisa parcial e provisória da CNBB [...] de julho de 1981, havia no país 916 litígios fundiários, na maior parte já em curso em 1979/1980; na pesquisa, a grilagem das terras é apontada, em 496 casos, como a principal causa de disputas, concentradas especialmente no Pará e no Maranhão; segundo o levantamento, 261.900 famílias localizam-se no Maranhão, onde o número estimado de conflitos (de grandes conflitos) é de 207. (ARCANGELI, 1987, apud ALMEIDA, 2008, p. 32)

Costa (1997), sobre tais conflitos, destaca que o Governo Sarney, na época ainda os complementou promovendo o uso de tradicionais mecanismos de repressão policial e judicial. Em linhas mais detalhadas sobre esse relato e tendo o mesmo como um dos exemplos de muitos que tornaram comuns essa prática na época decorrente em grande parte do país, Almeida (2008), destaca o que diz Arcangeli (1987) na seguinte citação:

Com esta grilagem ou roubo de terras, são coniventes os cartórios, que se prestam ao fornecimento de falsos títulos de propriedade; o poder público, que faz vista grossa (quando não é o próprio impulsionador de vendas simbólicas de terras devolutas); políticos locais, veiculadores do sofisma segundo o qual em nome do “progresso” vale tudo; e, naturalmente, a polícia, aliciada por políticos e patrões, em detrimento da defesa dos direitos camponeses. (ARCANGELI, 1987, apud ALMEIDA, 2008, p.32)

A partir da Década de 1970, tal êxodo rural se intensifica, pois segundo Pedrosa (2007), esse fenômeno já acontecia desde a década de 1920 por outras razões, mas nesse período de intensificação, trabalhadores rurais saem de suas terras no interior do Maranhão para servir de mão de obra barata ou escrava tanto em outros Estados quanto na própria São Luís, que a partir de então se transforma, segundo relatos de Botelho (2007), no principal centro captador de massa de trabalhadores excluídos.

Sobre o fator que resultou no êxodo rural para São Luís na década de 1970, Antônio Marcos Gomes (2009), atribui em seu inscrito “POR UM LUGAR NA FÁBRICA”, às grandes obras de infraestrutura construídas na capital maranhense nesta época, no período

do Regime Militar, ancoradas nos ideais e práticas político-econômicas dos mesmos, e em âmbito regional, pelo então governo do “Maranhão Novo” de José Sarney, tais como: a ponte do Caratatiua (1968), Barragem do Bacanga e a ponte do São Francisco (1970), como também o prolongamento do Corredor Centro-Anil (Avenidas Getúlio Vargas e João Pessoa). O autor ainda relata que tais construções serviram como um atrativo da população do interior maranhense devido também às oportunidades de emprego na construção civil, mas frente a esse mesmo fato, o autor também salienta que nesse contexto ocorria por parte desta população uma busca por expectativas melhores de vida frente à expulsão desta do meio rural e aos conflitos que envolviam esse contexto no interior maranhense. Sobre tal contexto, explana Gomes (2009):

Tais obras constituir-se-ão em fatores atrativos para a migração de pessoas para São Luís, entretanto, outros fatores contribuirão na expansão da cidade, como aponta Marchesini (1988:14), para quem “a falta de espaços rurais para que o trabalhador do campo nele permaneça, e de outro, a maior rigidez com que o regime de propriedade rural começa a apresentar, promovendo a expulsão da população rural”. (MARCHESINI, 1988, apud GOMES, 2009, p. 33).

Ainda sobre o decorrente êxodo rural para São Luís, tendo em vista suas consequências locais na época, Gomes (2009) enfatiza:

Para esse autor, naquele período as cidades maranhenses estavam recebendo fluxos cada vez mais intensos de população oriunda da zona rural, no entanto, a reduzida infraestrutura de serviços urbanos não ofereciam condições de retenção para essa população, que migravam para cidades maiores em busca de emprego ou alguma renda, o que nem sempre de fato ocorria “dando origem a imensos bolsões de miséria urbana que se consubstanciam na péssima qualidade de vida que tais segmentos sociais apresentam” (MARCHESINI, 1988, p. 14 apud GOMES, 2009, p. 33).

Os efeitos sobre São Luís se apresentaram na sua ampliação em cerca de 13 km, sobretudo para as áreas topográficas pouco favoráveis, como os manguezais, expandindo-se os bairros de Matadouro (atual Liberdade), Monte Castelo, Fátima (Cavaco), João Paulo, Caratatiua, Jordoa e Sacavém (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.66 apud GOMES, 2009, p.33)

Agora, sob referência de dados oficiais, ainda sobre o fluxo migratório de São Luís, Gomes (2009) cita Lemos (1989):

[...] o fluxo migratório para a capital maranhense se intensifica no decorrer da década de 70, com um acréscimo populacional de 59% em relação à década anterior, e de 80% em relação a década de 1950 (GOMES, 1988). Grande parte desses migrantes vão morar em áreas alagadas em torno dos manguezais, sendo que em 1973, eram cerca de 50 mil pessoas os que habitavam nas chamadas palafitas. (LEMONS, 1989 apud GOMES, 2009, p. 37)

Ainda sobre prejuízos acarretados, mais precisamente no tocante às políticas agrárias do governo Sarney, Botelho (2007) destaca:

A principal consequência desse fato será o crescimento urbano desordenado; o avanço do comércio informal; a pobreza e a favelização. Da noite para o dia surgiram dezenas de bairros periféricos em São Luís, totalmente desestruturados, carentes de políticas públicas, formados por uma população advinda do setor rural, ávida por emprego. (BOTELHO. 2007, p. 192).

Ainda com referência ao aspecto citado no fragmento anterior, o mesmo autor relata que a falta de políticas públicas em São Luís na época do governo Sarney era tanta que, apenas 25% da cidade (cuja concentração era a região central), era estruturada com rede de esgoto. Botelho (2007) ainda salienta que este quadro piorou com os governos estaduais de Pedro Neiva de Santana e João Castelo (governos tais compreendidos entre os anos de 1971 e 1982), a princípio aliados de Sarney e, conseqüentemente ao Regime Militar, abriram a concessão de terras na ilha para a instalação de Grandes Projetos. Para elucidação deste fato, Botelho (2007) destaca o seguinte fragmento de autoria do estudioso Frans Gistelinck:

Em 1974, o governo estadual entregou mais de 3.000 hectares de terras à Companhia Vale do Rio Doce, inclusive a praia do Boqueirão, a praia dos pescadores e do povo do Anjo da Guarda, sem resolver, no entanto, os problemas dos moradores da área. Cinco anos depois, mais de 10.000 hectares foram entregues a ALUMAR. Em torno de 4.000 famílias perderam, (de um dia para outro, o seu sustento da roça e da pesca). (GISTELINCK, 1988, apud BOTELHO, 2007, p. 193).

Gomes (2009) compara ao dizer que:

O impacto da instalação do Complexo Industrial da Alumar e do empreendimento da Companhia Vale do Rio Doce sobre a população de São Luís foram notórios, primeiro pelo número de famílias que tiveram de ser desalojadas das áreas onde foram implantados esses Grandes Projetos que Feitosa (1995) calcula ser em torno de 5 mil famílias, sendo estimado para a área da Alumar, a desapropriação de 1.650 famílias, 55% dos quais pequenos produtores rurais. (Cf SUDAM, 1990; FEITOSA, 1995 apud GOMES, 2009, p. 41).

Contextualizando a gestão Sarney, governo estadual terminado na década de 1970, e deste como ponto de partida de sua oligarquia formada por governos posteriores decorrentes nas décadas de 1970 e 1980, com o viés de interesse por trás da promoção desses grandes projetos já referenciados no presente trabalho, Botelho (2007) afirma que o seu modelo patrimonialista de governar foi a maior característica de sua administração, o autor da afirmativa usa como razão de que o governo Sarney teria promovido de imediato o enriquecimento, ilícito de sua família; através da máquina administrativa e do uso dos recursos financeiros públicos em prol de interesses de grupos particulares.

Botelho (2007) continua afirmando que a família do referido oligarca rapidamente tornou-se proprietária de um exorbitante patrimônio formado por várias empresas.

Já Costa (1997), discorre em um de seus escritos, sobre os aspectos das oligarquias no contexto “Sarney”, sendo que para isso referencia-se ao escrito de Lessa (1988):

A primeira contribuição é dada por LESSA (1988:137-164), que aponta a “ética política predatória” que está associada ao comportamento das oligarquias, na medida em que estas, para se conservarem no poder, apresentam um “apetite” insaciável sobre o Estado. Desse modo, um dos elementos primordiais para a manutenção do domínio oligárquico é a utilização patrimonial do Estado, ou seja, **o uso da máquina pública em benefício particular, privado**. Essa utilização privada da coisa dita pública pode assumir variadas formas, como por exemplo: **a divisão de cargos e verbas públicas entre aliados; o controle e a manipulação (quando não a fraude) do processo eleitoral; o controle sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a corrupção administrativa; a concessão de benefícios ao setor privado (isenção de impostos, incentivos, subsídios, etc.); o controle dos municípios e dos partidos políticos; o clientelismo político**. Contudo, não se pode exagerar, o Estado tem seus limites, especialmente no que toca à disponibilidade de verbas e cargos, o que continuamente gera conflitos e mesmo dissidências dentro da própria oligarquia, para determinar quem consegue obter uma maior “fatia do bolo” do Estado. (LESSA, 1988, apud, 1997, p. 2, grifo nosso).

Sobre o mesmo assunto em questão, Costa (1997), continua ainda enumerando duas esferas de atuação características do formato Oligarquias “modo Sarney”. Sendo que para isso baseia-se nos escritos Reis (1992) na seguinte citação:

A segunda contribuição é proveniente de REIS (1992), cujo estudo sereveste de importância não só por analisar o contexto regional de fins do século XI e primeiras décadas deste século, como também por chamar a atenção para o “locus” privilegiado de atuação da oligarquia em duas esferas: 1. a oligarquia, ao se apropriar do poder político regional, realiza a mediação entre instâncias de poder, ou, em outras palavras, ela estabelece relações e acordos com o poder e os chefes políticos, tanto em escala municipal, quanto em escala nacional. Como apontaremos, tem sido fundamental para a ascensão e manutenção da oligarquia Sarney as suas íntimas relações com o governo federal, estabelecidas ainda na época da Ditadura Militar, quando Sarney foi eleito governador do Maranhão (1965). 2. a oligarquia realiza também a mediação entre os interesses econômicos do empresariado e o Estado, num processo em que o este se converte em fonte de benefícios para o setor privado, por meio de facilidades fiscais, subvenções e outros favores. (REIS, 1992 apud COSTA, 1997, p. 2)

Ainda sobre estes aspectos em questão, e abrindo uma ressalva sobre o posterior mandato de Sarney como Presidente já na década de 1980, Botelho (2007) ainda relata que neste tempo, transformou o então patrimônio público, Convento das Mercês, em privado e ali instalou a Fundação da Memória Republicana. Em seguida, o mesmo autor, voltando cronologicamente ao mandato de Governador do referido Oligarca, relata que próximo de finalizar o seu governo, renunciou para candidatar-se ao senado, encerrando a gestão, o então vice-governador, Antônio Jorge Dino (1970-1971). Enfim, terminado parte de seus escritos sobre o governo estadual de Sarney, salienta que Sarney, mesmo fora do governo do Estado,

influenciou as mais diversas administrações em todo do Maranhão no transcorrer das décadas de 1970 e 1980, inclusive na sucessão dos prefeitos da cidade São Luís, mais precisamente até 1985, ano em que foi declaradamente dado como encerrado o Regime Militar na esfera governamental nacional.

Para uma melhor compreensão do contexto sócio-político de São Luís na década de 1980, torna-se necessário salientar que, de acordo com Botelho (2007), esta foi uma época marcada por uma profunda crise econômica mundial, prejudicando em larga escala os países capitalistas que por sua vez, adotaram um conjunto de medidas recessivas como forma de sair da crise, coagindo os países subdesenvolvidos a adotarem o modelo político e econômico neoliberalista, que consistia na prática do “estado mínimo”. Nesse tipo de prática política e econômica, o Brasil, a exemplo de qualquer país emergente, ficaria sob controle regulador não do estado, mas do mercado externo.

Ainda sobre essa conjuntura internacional de Crise, da qual o Brasil foi muito significativamente influenciado, conforme cita Cortês (2010):

Na Perspectiva Econômica, os anos 80 representam uma década de profundas transformações estruturais. A crescente e abundante liquidez internacional provocada pela primeira crise do petróleo, transforma-se, com a política de vertiginosa elevação dos juros conduzida pelos EUA, numa crise de primeira grandeza para os países que haviam vinculado seus investimentos ao acentuado endividamento externo. A nova realidade impõe-se de maneira aguda e negativa nas contas externas dos países latino-americanos. A crise da dívida externa é um denominador comum para as economias da região e seus efeitos tanto contribuem para o desgaste dos regimes autoritários como para dificultar o estabelecimento de regimes mais abertos. (CORTÊS, 2010, p. 54)

Em linhas nacionais, esta década, pela conjuntura internacional descrita há pouco, identifica-se como sugestiva ao então já instaurado Regime Militar; que por sua vez na mesma década, sofreu a crise do “Milagre brasileiro”, ancorada dentre outros fatores, na acumulação da dívida externa, mencionada na citação anterior. Esse mesmo contexto transcorreu no período dos governos dos presidentes Sarney e Collor, ambos civis.

Tendo por referência ao governo do então presidente José Sarney (1985-1990), ainda com o intuito de reportação a São Luís nas décadas de 1970 e 1980, Botelho (2007, p.) destaca: “Além dos atos de corrupção praticados, deflagraram a carestia, projetada pelos preços das tarifas, inflação, salários achatados e desemprego, proporcionando a ampliação da pobreza no país e logicamente do Estado”. Esse contexto atinge também fortemente São Luís, que de antemão já sofria impactos econômicos e sociais consequentes da ainda vigente política do “estado mínimo” praticada pela Ditadura Militar em toda esfera nacional. Diante

de tão prejudicial situação, os trabalhadores e outros setores da sociedade se reorganizam, passando a reivindicar direitos e melhorias.

Botelho (2007) prossegue relatando que, contra a geral elevação dos preços em São Luís, voltando ao transcorrer das décadas de 1970 e 1980, surgiram movimentos como o estudantil em prol da meia passagem, o movimento de mulheres, além do movimento negro, organizado em torno do Centro de Cultura Negra. E que a variada pauta de reivindicações desses grupos praticamente nunca era sanada, o que gerava muitos confrontos com os governos da época. Nesse contexto está centrada a principal dessas reivindicações, a saber, a greve da meia passagem, ocorrida em 1979.

Nesse contexto, retornar-se à crise econômica da Ditadura Militar, que influenciou o dado contexto político e social de São Luís nas décadas em estudo, Botelho (2007) cita:

A Crise do Regime Militar foi agravada pelo descontrole da economia, consubstanciado na inflação, carestia, repressão, arrocho salarial e dívida externa. O povo voltava às praças construindo grandes manifestações, dentre elas, a greve. A difícil conjuntura sócio-política e econômica da época projetou a eclosão de várias greves no Brasil, principalmente no ABCD paulista. Em 1979, ocorre a reconstrução da UNE, e um ano antes, os estudantes conseguem formular um abaixo-assinado com 35 mil assinaturas, reivindicando o abatimento de 40% no valor da tarifa no valor da tarifa dos transportes para universitários e secundaristas.” (BOTELHO, 2007, p.194).

Salienta-se aqui, que a União Nacional dos Estudantes logrou êxito na pauta de reivindicação do referido abaixo-assinado.

Com referência ao fragmento citado, segundo o autor da mesma, a referida conquista da UNE em âmbito nacional, não chegou a São Luís, cuja situação era de calamidade. Tal situação foi assim chamada pelo fato de, em meio ao contexto da carestia no transporte público, em pleno Setembro de 1979, as passagens já haviam sofrido reajuste de aumento pela terceira vez desde o início do referido ano. Vale dizer que esse fato causava o furor de toda população de São Luís, sobretudo a dos Estudantes da capital maranhense nesta época.

A greve da meia passagem teve início em julho de 1979 e sua culminância sucedeu-se em setembro deste mesmo ano, quando foi travada uma verdadeira “batalha urbana” entre os estudantes grevistas e a polícia militar, defensora dos interesses do governo do Estado, mas precisamente do então governador da época, João Castelo. Segundo Botelho (2007), em atos de revolta, ônibus foram queimados, comércio fechado, pessoas presas e feridas. Por São Luís na época ser uma das únicas capitais que não tinha o direito da meia

passagem estudantil, esta era justamente a pauta de exigência dos estudantes Ludovicenses. Exigência essa atendida pelo Então Governador João Castelo Ribeiro Gonçalves, que em 23 de Setembro de 1979 através da sanção da lei da meia mensagem, concedeu tal direito aos estudantes. Entretanto, participação dos estudantes da Universidade Estadual do Maranhão e secundaristas que realizaram passeatas e reuniões como também o apoio da igreja progressista como incentivadores atuantes nos protestos em prol do direito da meia passagem foi decisiva.

Em se tratando agora da São Luís na época do governo estadual de João Castelo, transcorrido entre os anos de 1979 e 1981, praticamente o último governo estadual nomeado pela Ditadura Militar, torna-se relevante afirmar, que a capital maranhense vivenciou além da luta pela conquista da meia passagem e sucessivas greves, também a introdução da prática de políticas assistencialistas, visando interesses vulneráveis da maioria pobre, com o fim de exercer o controle social. Essas políticas foram executadas por meio de programas assistenciais como o de abastecimento popular, o “Bom Preço”, nos quais itens básicos de consumo alimentício como feijão, farinha, arroz, óleo e macarrão eram vendidos a baixo custo, que por sua vez eram de baixa qualidade destinados à população mais pobre.

Nos anos do governo Castelo, também foi construído o programa ITALUÍS, que na época, de fato melhorou em larga escala o recorrente problema da falta de água na capital. Assim como o hospital do Ipem, para assistir os servidores estaduais, que mais tarde, foi privatizado por Roseana Sarney.

De acordo com os escritos de Botelho (2007), pressionado por movimentos sociais em razão do déficit habitacional, entre os anos 1980 e 1982, Castelo construiu o conjunto Maiobão, bairro localizado no município de Paço do Lumiar, mas construído em razão do déficit habitual da Cidade de São Luís com 4.470 unidades habitacionais. Pelas mesmas razões, construiu também o conjunto Cidade Operária com 7.500 casas. O que não foi o bastante para evitar o surgimento de novos bairros feitos por via ocupacional, ou seja, invasões, a exemplo dos bairros João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil, Vila Janaína, cujos moradores viviam em condições sub-humanas, sem nenhuma infraestrutura.

Sobre este último fato mencionado, ratifica-se a ideia a partir das seguintes citações de Gomes (2009), as quais este cita Ribeiro Junior (1999):

De acordo com Ribeiro Junior (1999), os dois maiores complexos habitacionais eram a Cidade Operária, com 7.500 unidades e o Maiobão, com 4.470 unidades, que contavam com unidades de até um cômodo, e distantes 16 km e 20 km do núcleo central da cidade. Para esse autor, desde quando se formulou a hipótese de São Luís sediar um polo siderúrgico alinhado ao Porto do Itaqui, no começo da década de 1970, havia se planejado construir um aglomerado habitacional o mais próximo

possível do Distrito Industrial, o que veio a ocorrer com a Cidade Operária e o Maiobão, quando da implantação da Alumar. (RIBEIRO JUNIOR, 1999 apud GOMES, 2009, p.42).

Ribeiro Junior (1999) aponta que as chamadas ocupações espontâneas, eclodem pela cidade, como fruto de reivindicações populares por moradia, e a distância cada vez maior dos bairros populares em relação ao centro da cidade fazem deflagrar manifestações como a chamada greve de 79, promovida por estudantes que reivindicavam o pagamento de metade do valor das passagens nos transportes coletivos. (RIBEIRO JUNIOR, 1999 apud GOMES, 2009, p.42).

Em seus escritos, Botelho (2007) destaca o seguinte fragmento de documentos descritos de estudos feitos pela SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento) em 1983 sobre o quadro habitacional de São Luís:

O quadro habitacional de São Luís, apresenta graves problemas, caracterizados pelo elevado número de pessoas vivendo em moradias consideradas subnormais. 58,7% dos domicílios urbanos da Ilha de São Luís são duráveis e 41,3% são rústicos e improvisados. 37 mil famílias vivem em condições deficientes, concentradas nas periferias da cidade, nas áreas de manguezais, entre os rios Anil e Bacanga e nas áreas de “invasão” em “terra firme”. (SEPLAN-MA, 1983, apud BOTELHO, 2007, p. 196).

Outro fato ocorrido em São Luís na época do governo João Castelo, se deu em 1981 pela implantação da ALUMAR em São Luís, inclusive já mencionada em citações anteriores. Fato este causador de muitos debates e protestos e pareceres técnicos-ambientais na tentativa de vetar essa instalação que gerava temor na sociedade pelos prováveis impactos ambientais e desapropriação de terras na capital maranhense.

Conforme Botelho (2007), a mercê dos protestos e debates, esta empresa foi implantada de maneira autoritária por Castelo. Tal implantação foi deferida tendo como justificativas a elevada geração de empregos, como também de tributos para o Estado, e a utilização de tecnologia de ponta. Porém, de acordo com o que consistia a política econômica praticada na época pelo Regime Militar, isto é, a já citada política do “estado mínimo”. Sendo assim, não convinha, no caso do Brasil como país subdesenvolvido, como também ao Maranhão, deter nenhuma vantagem em relação a empreendimentos abertos pelo capital estrangeiro, uma vez que somente ao mercado globalizado, ou seja, aos países desenvolvidos, cabiam todos os direitos dos empreendimentos sustentados pelos seus investimentos próprios. Portanto, tudo que convinha ao Governo Castelo na época era cumprir passivamente às exigências do mercado das economias desenvolvidas.

Este Governo cumprindo às exigências capitalistas na época e por sua vez, dos militares na implantação da ALUMAR, como em outros investimentos na cidade de São Luís;

ofereceu a prática de mão de obra barata, subsídios tributários e sem falar da ocupação de 10.000 hectares de terras, o equivalente a 11% do território de São Luís, que resultou na expulsão de centenas de famílias de suas residências, mais precisamente 1.654 famílias que dependiam exclusivamente da pesca, da lavoura e da produção de hortifrutigranjeiros. Contudo, as famílias desapropriadas receberam por isto uma indenização de valores insignificantes.

Enfim, torna-se importante ressaltar que João Castelo foi mais um governante que renunciou ao mandato para concorrer ao cargo de Senador da república. Assim, posteriormente foi eleito o empresário e político da cidade de Balsas, Luís Alves Coelho Rocha, o primeiro governador eleito de maneira direta após a derrocada do Regime Militar.

2.1 A São Luís de meados ao final da década de 1980

Agora, tendo em vista a compreensão do contexto político e social de São Luís nesta época aqui proposta, faz-se necessário ressaltar que, conforme Costa (1997), a primeira eleição direta, pós-Golpe militar, Luís Rocha foi eleito governador em 1982. A referida eleição foi considerada pelo autor, como baseada nas novas condições “semidemocráticas” da época:

[...] Foi com base no quadro partidário já apontado que se processaram as eleições de 1982, o primeiro teste eleitoral da oligarquia Sarney nas novas condições (semi) democráticas. Cumpre lembrar que estas eleições foram marcadas pelos efeitos do “pacote de novembro” (1981), que estabelecia a proibição de coligações eleitorais e a obrigação dos partidos lançarem chapas completas, ao mesmo tempo em que criava o “voto vinculado”, pelo qual o eleitor teria que votar em candidatos de um único partido (no caso, em 1982: vereador, prefeito, deputado federal e estadual, senador e governador), sob pena de anular o seu voto. Inversamente ao que ocorreu a nível nacional, no Maranhão estes casuísmos cumpriram a função desejada pelos “engenheiros eleitorais” da ditadura, pois, através do efeito “*coattails* de baixo para cima”, o eleitor ao escolher candidatos do PDS nos municípios também sufragava os candidatos desse partido na cabeça da chapa¹². (COSTA, 1997, p.14).

Conforme Costa (1997) afirma, tais condições foram acordadas ainda na Ditadura Militar, no processo de “abertura lenta, gradual e segura”, iniciado sob o governo de Geisel (1974-1978) e acelerado tal processo no governo Figueiredo (1979-1984) que previa dentre outras condições o retorno à pluralidade partidária. Sendo assim foram desintegrados a ARENA e o MDB e depois instaurados seis novos partidos: o PDS (ex-ARENA), o PMDB (com maior parte de antigos MDBistas), o PP (de Tancredo Neves, que depois se fundiu com

o PMDB), o PDT (de Leonel Brizola), o PTB (de Ivete Vargas) e o PT (do líder operário Lula).

E ainda sobre as “efervescências” das reivindicações nesta época na capital maranhense, Ana Raquel Alves de Araújo (2015), tendo seus escritos baseados também em Rocha (1998), destaca que tais reivindicações tinham seu plano de fundo alicerçado além na já citada “Abertura de Geisel”, como também, pautado na conjuntura internacional, por uma dita “pressão proveniente da ação em defesa dos direitos humanos do presidente norte-americano Jimmy Carter” Araújo (2015). Que em linhas gerais, tais reivindicações eram também de cunho democrático, oriundas de razões já mencionadas do contexto político nacional. Ainda sobre tais protestos decorridos nesta época em São Luís, Araújo (2015), em seus inscritos, cita Rocha (1998):

[...] Rocha (1998) considerou as associações de bairro, grupos feministas, movimento negro e movimento ecológico. Esse estudo revelou como origem desses movimentos em São Luís: a falta de infraestrutura dos bairros (urbanização e saneamento); não legalização de posse e lotes urbanos; busca de local para morar; execução de programas governamentais; organização de atividades recreativas e artísticas; discussão e denúncia de discriminação. (ROCHA, 1998, apud ARAÚJO, 2015, p.6).

É pertinente ressaltar que todas essas decorrências sociais em São Luís, estiveram intimamente ligadas às circunstâncias políticas locais, interligadas à conjuntura nacional, que por sua vez obedecia às sanções econômicas da economia capitalista da época, que perpassava por acentuada crise. Para efeito de compreensão de dois dos motivos de reivindicações citados no fragmento anterior, mais precisamente em meados da década de 1980, o movimento ecológico e as associações dos bairros foram desencadeados em São Luís por conta da implantação do projeto Carajás. O primeiro se evidenciou pelas discussões, debates e protestos de cunho ambientalistas em contraposição à implantação do macro projeto e o segundo, as associações dos bairros pelas reivindicações que visavam à legalização e apropriação de terras e infraestrutura dos bairros, frente à desocupação forçada de suas residências, ocasionada pelas instalações do projeto que foi implantado em 1982, mas que rendeu variados protestos desta ordem, ocasionados pelos prejuízos pós-implantação na capital maranhense, protestos estes decorridos durante grande parte da década de 1980, já que a estrada de ferro Carajás, principal centro de discussões e protestos na época e até hoje, foi concluída em 1985.

Novamente tendo por referência a abertura promovida por Geisel e suas implicações em São Luís, exatamente em 1985, quando o Regime Militar deu-se por extinguido e Sarney assumiu a presidência da república, a prefeitura de São Luís teve pela primeira vez após a Ditadura Militar, uma representante eleita de forma direta: Gardênia Castelo. Segundo os escritos de Costa (1997), essa vitória da filha de João Castelo para prefeitura de São Luís, foi produto de um projeto, bem sucedido, de estabelecimento de oposição à oligarquia Sarney. Tem-se aqui como fator de crítica, no que tange aos mesmos processos tradicionalmente utilizados em oligarquias por seus respectivos líderes, ao mesmo modo “Sarney”, quando Castelo lança a própria filha Gardênia, à prefeitura de São Luís. O autor Costa (1997), se refere de maneira incisiva com relação às práticas oligárquicas ocorridas na época no cenário político do Estado e capital maranhense. Conforme citação:

Revela-se aqui mais uma faceta do “padrão predatório” de ação política das oligarquias: a dificuldade do chefe oligárquico em manter os seus subordinados sob controle. Sendo frequente que estes, uma vez localizados em postos-chave do aparelho de Estado, como é o caso dos governadores, queiram utilizá-los para constituir um grupo político próprio. Para minimizar tal risco, a oligarquia precisa lançar mão de expedientes vários, inclusive a indicação de amigos, parentes, um filho, uma filha [...] (COSTA, 1997, p.14).

Ainda com relação ao projeto de tentativa de estabelecimento de oposição oligárquica atribuído a João Castelo, segundo Costa (1997), tal projeto foi iniciado após as eleições de 1982, quando João Castelo eleito senador, mediante os “amparos” do voto vinculado e patrocinado por Sarney, rompeu com a oligarquia Sarneysta. É válido afirmar, segundo os escritos de Costa (1997), que esse projeto fortaleceu a longo prazo, às oposições contra Sarney, pois a partir da eleição de Gardênia, fortaleceram-se grupos de oposição oligárquica heterogêneos, que uniam-se contra a influência de Sarney no estado, destaca-se dentre elas a do PDT, liderado por Jackson Lago, eleito prefeito de São Luís em 1988.

Continuando a ênfase no quadro político Maranhense da década de 1980. Em 1986 nas eleições para governador, Epitáfio Cafeteira foi eleito, segundo os escritos de Costa (1997), com cerca de 80% dos votos válidos. O autor ainda destaca que Cafeteira era um adversário histórico de Sarney, mas que contou com o apoio sólido do mesmo por conta do tradicional oligarca ser na época presidente da República, com popularidade em alta em razão do plano cruzado, e mais ainda pelo fato de este ter na época condensado em suas mãos vários mecanismos de controle político aos quais impossibilitavam a esquerda de lograr êxito em suas investidas na tentativa de destituir a oligarquia Sarney do governo do Maranhão,

salienta-se aqui que este decorrido sucedeu-se em pleno mandato de Gardênia Castelo na prefeitura de São Luís.

Ainda sobre o pleito eleitoral para governador de 1986, Costa (1997) afirma que João Castelo ficou em segundo lugar com 16,5% dos votos, sendo que como já dito anteriormente, Cafeteira além de ter o apoio de Sarney, então presidente da república, e de todo o seu grupo político detinha políticos tradicionais maranhenses com força de voto, a exemplo de Edson Lobão. Conforme o autor praticamente todas as oposições à oligarquia Sarney, inclusive o PDT de Jackson Lago, por motivos variados, apoiaram a candidatura de Epitáfio Cafeteira, fato este tido como notável, se relacionado ao projeto anteriormente citado de João Castelo, tendo-se em vista ainda o contexto de adversidades políticas atribuído a este político na época.

Agora, atrelando-se ao contexto social do Maranhão e da capital, ao dinamismo do quadro político maranhense, e especialmente ao crescimento dos partidos de coligações de esquerda, e de maneira mais específica em São Luís. Tem-se em vista que no decorrer de toda a década de 1980, por conta de prejuízos causados por inúmeros atos de irresponsabilidade político-governamental atribuídos ao grupo Sarney desde 1965, sucederam-se muitas revoltas e protestos tanto na capital, como já referenciado com ênfase neste trabalho, como também no interior do Estado.

Ressalta-se que tais protestos e conflitos, desencadeados principalmente no interior por conta de uma compilação de leis criadas pelos governos sarneystas, contribuía para a prática da grilagem de terras; conjuntamente à implantação de grandiosos projetos governamentais que atendiam as exigências do capital estrangeiro e desprestigiava o cidadão maranhense tanto da capital quanto do interior.

Conforme Botelho (2007) na implantação da Alumar, da Companhia da Vale do Rio Doce, com o projeto Carajás; e com a proliferação de latifundiários no interior maranhense, foram ocasionados muitos protestos e conflitos, que tinham como razão, a já citada neste trabalho, desagregação de famílias; e os conflitos no campo por conta da grilagem de terras, em que os grandes fazendeiros (Grileiros) falsificavam “documentos legais” de grandes propriedades, até então ocupadas por pescadores, agricultores de subsistência, e de vários que dependiam exclusivamente do extrativismo natural, ou seja, os que tinham a posse da terra (Posseiros). Assim, estes eram forçados a vender por quantias irrisórias suas únicas propriedades. Tais conflitos no campo, no interior do Maranhão, foram sucedidos durante toda a década de 1980, em meio a muitos confrontos e mortes. Contexto violento, que

oportunizou os posseiros a se organizarem em sindicatos, por sua vez influenciados por grupos políticos. Botelho (2007) relata ainda que tais grupos eram de esquerda à oligarquia Sarney e assim ganharam notoriedade, por meio da cooptação política, por parte dos desfavorecidos no campo e também na capital maranhense em auxílio, as associações de bairros, criadas em meio ao contexto que resultou na busca dentre outras questões, da legalização de invasões habitacionais, e de melhora de infraestrutura nos bairros, fatores resultantes da falta de planejamento urbano, oriundos de mega projetos governamentais, executados como tentativa de minimizar paliativamente os danos causados pela desagregação de milhares de famílias na capital.

Sobre os efeitos decrescentes eleitoral da esquerda no Maranhão e de sua influência em São Luís na época, e importante destacar duas citações de Costa (1997):

Em primeiro lugar, deve-se destacar a vitória da oposição oligárquica (João Castelo, da coligação “Maranhão Livre”) no 1o turno, o que possibilitou ao grupo dissidente “empatar” (com leve vantagem) as eleições para deputado (ver quadros 8 e 9). A estratégia adotada parece ter sido a formação de uma ampla coligação interpartidária, atraindo diversos grupos e partidos descontentes com a hegemonia do grupo Sarney, numa tentativa de reedição da trajetória de ascensão do próprio Sarney via “Oposições Coligadas” em 1965. (COSTA, 1997, p.17).

E a segunda citação, diz o seguinte:

[...] houve o crescimento dos partidos de esquerda, amparados também em uma estratégia de frente eleitoral: baseada em suas diferentes ligações com os movimentos sociais (especialmente no campo, onde estes movimentos estavam em ascensão ao longo dos anos 1980) e na penetração eleitoral em São Luís, a Frente de Oposição Popular (com a candidatura de Conceição Andrade) conseguiu alcançar o expressivo índice de 15% dos votos, em contraposição aos patamares de 1-2% alcançados em pleitos anteriores por candidatos de esquerda. Além disso, estes partidos ampliaram sua base parlamentar, elegendo 2 deputados federais e 5 estaduais (COSTA, 1997, p.18).

Esses dois fragmentos referem-se às eleições de 1990, e tendo em vista que esta foi um resultado do contexto sócio-político regional concernente ao decorrer de toda a década de 1980, torna-se pertinente pontuar que após a eleição de Jackson Lago à prefeitura de São Luís em 1988, foi empreendido de maneira mais intensa e significativa, em termos de representatividade política e organizacional, o projeto de fortalecer a esquerda oligárquica frente ao grupo Sarney, se valendo para isto, da união de todos os setores de esquerda política do estado. Conforme tal consideração destaca-se o seguinte fragmento de Costa (1997) sobre as eleições para prefeitura da capital de 1988:

[...] este pleito foi marcado pelo crescimento eleitoral da esquerda especialmente na capital com a vitória de Jackson Lago (PDT). Em torno desse núcleo foi construída a proposta de uma frente de oposição unindo os diversos setores da esquerda maranhense, frente que deu a sua parcela de contribuição para as mudanças que se efetuaram no processo eleitoral a nível estadual (Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. COSTA, 1997. p.16-17).

Tendo em vista, agora formalizar um breve panorama do contexto sócio- político local, especificamente, referindo-se à década de 1980, enfatiza-se que as crescentes mudanças políticas decorridas de meados para o final dessa década, tanto em São Luís como também no interior do estado, sendo que neste último de maneira mais gradual, foram também influenciadas significativamente pelo contexto político e social sugestivo em que o país como um todo se encontrou após o regime militar à campanha pelas Diretas Já e aos adventos da constituição de 1988.

Estes marcos sociais e políticos de elevada relevância foram vivenciados ativamente por meio de variados movimentos sociais em todo país como também no Maranhão e na capital, esta referida vivência ativa, aqui denominada de “uma verdadeira efervescência social” caracterizou-se como sendo o resultado de um anseio pulsante no cotidiano da época, pautado principalmente de maneira geral, na busca por direitos de cidadania. Sobre tal consideração, vejamos o que diz Costa (1997) em seus escritos:

[...] Apesar da difícil avaliação, o conjunto dessas mudanças causou uma série de impactos contraditórios nos padrões de comportamento político da população maranhense. Se, por um lado, a migração para a cidade, ao estabelecer novas formas de sociabilidade, subverteu em parte as relações de tipo pessoal e clientelístico ainda vigentes nas zonas rurais do Maranhão; por outro, a própria situação de carência vivenciada na periferia das cidades por essas populações migrantes colocou na ordem do dia a manutenção das relações clientelísticas, agora redimensionadas para padrões urbanos. É dessa tensão entre subversão e continuidade da cultura política clientelística da população, que nascem as condições de possibilidade para o crescimento das oposições, tanto oligárquicas quanto de esquerda, e muito especialmente destas, que objetivam a construção de uma nova cultura política centrada na idéia de cidadania e baseada na participação organizada da população através de movimentos sociais e “populares.” (COSTA, 1997, p. 26).

3 OS SAMBAS-ENREDO CARIOCAS E A DITADURA MILITAR NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: uma revisão histórica

Para entender o contexto dos sambas-enredos na década de 1970 e 1980 é necessário analisar o contexto de sua origem no Rio de Janeiro. O samba-enredo surgiu a partir do ano de 1935, mesmo ano em que o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, por meio de decreto, tornou-o obrigatório para todas as escolas de Samba. É interessante ressaltar que em anos anteriores ao decreto o mesmo não era utilizado pela maioria das agremiações carnavalescas, pois nesse contexto, não existia sambas-enredos propriamente dito, o que haviam eram canções cantadas e tocadas pelas escolas, com apenas um refrão pronto, basicamente improvisos.

Também é importante frisar que antes de tal regularização mediante decreto, a existência do enredo em si, como nos formatos atuais, não era generalizado em todas as escolas de samba, entretanto, até nas escolas às quais os sambas-enredos em si já eram adotados, a mesma prática de versos improvisados aos refrãos era dominante. Sendo que, em meio a tal prática, fugia-se totalmente ao tema proposto nos desfiles. Conforme explana de Lemos (2015):

No fim da década de 1920, o estivador e pai de santo Zé Espinguela (integrante do Bloco dos Arengueiros e um dos fundadores da Estação Primeira de Mangueira, ao lado de Cartola e Carlos Cachça) começou a organizar concursos de sambas em que confrontava compositores de blocos diferentes. Tinha a turma da Mangueira, de Oswaldo Cruz, do Estácio e por aí em diante. Cada grupo apresentava dois sambas. Não havia enredo, o improviso era a tônica, a batucada misturava o samba com a gira de terreiro, a palma da mão falava alto e os refrões eram o forte. A primeira disputa aconteceu no quintal da casa de Espinguela, no lugar que abrigaria, mais tarde, a escola de samba Arranco do Engenho de Dentro [...]. (LEMOS, 2015, p. 38)

Em 1929, foi criada por Ismael Silva a primeira escola de samba do Rio de Janeiro, de nome *DEIXA FALAR*. Ismael Silva também era compositor do chamado samba de roda, tendo nesse viés de samba, composto muitos em parceria com Noel Rosa. Conforme afirmam as citações abaixo:

A escola criada por Ismael deu forma definitiva aos blocos de samba que pipocavam pela cidade. Zé Espinguela, no quintal da sua casa no Engenho de Dentro, em 1929, já juntara as agremiações rivais numa espécie de concurso que premiava os melhores sambas apresentados pelas turmas da Mangueira, do Estácio e de Madureira. Espinguela era o jurado único e não havia desfile, mas uma simples apresentação dos sambas, feitos quase que exclusivamente de refrões. [...]. (LEMOS, 2015, p. 55)

Até o fim da vida, Noel Rosa fez dezoito músicas com Ismael, transformando-o no seu mais frequente parceiro. Juntos, assinaram - às vezes tendo Chico Alves

também como coautor- “Adeus”, “Não digas”, “Uma Jura que fiz” e muitas outras. A parceria duraria até 1934 (Noel morreria em 1937) [...]. (LEMOS, 2015, p. 40)

Nesse mesmo contexto, em 1932, aconteceu o primeiro desfile de escolas de Samba, organizado pelo jornal *MUNDO ESPORTIVO* mais precisamente na pessoa do jornalista Mário Rodrigues Filho. Sobre tal acontecimento, Lemos (2015) escreve:

A grande sacada de Mário Filho foi tirar as agremiações de dentro do quintal e fazê-las desfilar nas ruas. Mário percebera, já naquela época, que as escolas necessitavam de uma Passarela própria para que pudesse exibir seu brilho. Na sua cabeça, com o mínimo de organização, utilizando a cultura dos desfiles dos ranchos e das grandes sociedades e misturando aquilo ao autêntico samba carioca, não tinha como dar errado. E não deu. O Carnaval de 1932 assistiria, no dia 7 de fevereiro, ao primeiro desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. (LEMOS, 2015, p. 55, 56)

Ainda segundo Lemos (2015), em seus primeiros anos, os desfiles aconteciam na Praça Onze, no centro do Rio de Janeiro, em frente às casas das tias baianas, sem horário definido e ordem de desfile. Sobre tal fato, segundo o mesmo autor sob referência, no início deste parágrafo (p.56), cita uma matéria do Jornal O GLOBO na época, anunciando o primeiro desfile das escolas de samba, ocorrido em 1932, na qual nota-se a ausência de um horário definido para o início do evento. Conforme citação:

O carnaval de 1932 assistiria, no dia 7 de Fevereiro, ao primeiro desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. *O Globo*, que mantinha Mário filho na sua folha de pagamento, anunciaria assim o “certame”: Depois de amanhã, a praça Onze será teatro [*sic*] do Campeonato de Samba. Um espetáculo que promete [*sic*] uma imponência [*sic*] excepcional. Depois de amanhã a praça Onze de Junho será teatro [*sic*] do grande Campeonato de Samba promovido pelo “Mundo Esportivo”. Já conhece o publico [*sic*], em linhas geraes [*sic*], o extraordinario [*sic*]acontecimento que constituirá uma nota de irresistível [*sic*] encanto no carnaval deste anno [*sic*].O exito [*sic*] do formidável [*sic*] certamen [*sic*] está acima de qualquer duvida [*sic*] . Basta ver o numero [*sic*] de concorrentes, aliás impressionante. As escolas que se candidataram aos grandes prêmios [*sic*] são as melhores da cidade. O Rio verá, de facto [*sic*], a massa encantadora dos morros descer para a Praça Onze. O espectáculo [*sic*] não podia ser mais pittoresco [*sic*] e suggestivo [*sic*] . Cada “escola” aparecerá [*sic*] ao publico [*sic*] com um numero [*sic*] considerável [*sic*] de figuras. São, pois, centenas de boccas[*sic*]cantando, com a maior emoção, as melodias mais graciosas da cidade. Independente das vozes e dos instrumentos sonoros, ha [*sic*] um sem numero [*sic*] de detalhes interessantes, inéditos e encantadores. Quando a primeira “escola” pisar o teatro [*sic*] da originalissima [*sic*] peleja, logo uma onda de melodia encherá a metrópole [*sic*] [...]. (O GLOBO, 1932 apud LEMOS, 2015, p. 56, 57)

Voltando ao contexto de regulamentação do samba-enredo, segundo Tinhorão citado por Vianna (2004,) em 1933, as escolas de Samba já contavam com a ajuda financeira

da prefeitura do Rio de Janeiro e o patrocínio do jornal O Globo, o qual também formulou um regulamento para os desfiles:

[...] E a "autenticidade" conquista apoio oficial. O primeiro desfile da Deixa Falar, em 1929, tem seu "caminho aberto por uma comissão de frente que montava cavalos cedidos pela polícia militar, e tocava clarins" (Tinhorão, s/ d:82). Quatro anos depois dessa estréia, o desfile de escolas de samba já ganhara ajuda financeira da Prefeitura do Rio de Janeiro e o patrocínio do jornal *O Globo*, que também "formulou um regulamento para o certame, [...]". (TINHORÃO, 1966, apud VIANNA, 2004, p.124).

É pertinente também salientar que já em 1935 o desfile passara a constar no programa oficial do carnaval carioca elaborado pela Prefeitura e que em 1937 o Estado Novo de Getúlio Vargas, determinou que os enredos das escolas de Samba tivessem caráter histórico, didático e patriótico. Sobre o papel do então governo de Getúlio Vargas no tocante a oficialização das escolas de Samba, escreve Hermano Vianna (2004):

A atuação dos governos de Getúlio Vargas (incluindo o período ditatorial do Estado Novo) foi firme em seu apoio, oficial ou não, ao samba e ao carnaval. Em 1932, ao mesmo tempo em que o Teatro Municipal abria as portas para realização de seu primeiro baile carnavalesco, o interventor no Distrito Federal (Rio de Janeiro), Pedro Ernesto, contemplou com "subvenções mínimas de dois contos de réis" todas "as chamadas Grandes Sociedades (Tenentes do Diabo, Fenianos, Democráticos etc.), todos os ranchos carnavalescos, vários blocos e escolas de samba". (CABRAL, 1975 apud VIANNA, 2004, p.124-125).

Já em 1935 o desfile passara a constar do programa oficial do carnaval carioca elaborado pela Prefeitura. Seis anos não é um tempo longo para a oficialização de uma prática cultural tão nova. Em 1937 o Estado Novo determinou que os enredos das escolas de samba tivessem caráter histórico, didático e patriótico [...]. Os sambistas de morro aceitaram a determinação. E o carnaval do Rio, exportado para o resto do Brasil [...]. (VIANNA, 2004, p. 124).

Conforme relata Vianna (2004, p.124), "Os sambistas de morro aceitaram a determinação. E o carnaval do Rio, exportado para o resto do Brasil [...], serviu de padrão de homogeneização para o carnaval de todo o país".

Dos anos 1930 até os 1950, de acordo com determinação do Estado Novo de Getúlio Vargas, os Sambas-enredos tiveram um caráter histórico, aos quais estes teriam que narrar fatos da história oficial brasileira. Como fator de comprovação de tal característica, ressalta-se a composição de Estanisláu Silva, Penteadado e Mano Décio da Viola, samba-enredo intitulado de *Louvação a Tiradentes*, que concorreu ao carnaval de 1949 pela Império Serrano:

Exaltação a Tiradentes (Estanisláu Silva, Penteado e Mano Décio da Viola)

Joaquim José da Silva Xavier
 Morreu a 21 de abril
 Pela Independência do Brasil
 Foi traído e não traiu jamais
 A Inconfidência de Minas Gerais

Joaquim José da Silva Xavier
 Era o nome de Tiradentes
 Foi sacrificado pela nossa liberdade
 Este grande herói
 Pra sempre há de ser lembrado

(SILVA; PENTEADO; VIOLA, 1949)

Fonte: <https://www.lettras.mus.br/mestre-marcas/exaltacao-a-tiradentes/>

Sobre a citada determinação do Estado Novo, feita na pessoa de Getúlio Vargas, diga-se de passagem, que essa tal foi feita em processo de “prólogo”, desde 1932, conforme mediatas citações do presente trabalho e que em termos de “troca de favores”, partindo do pressuposto tal que o governo Getúlio Vargas teria apoiado de maneira decisiva as escolas de Samba no tocante a oficialização dos desfiles de carnaval, na sua estruturação, como também na valoração, e ainda de maneira significativa, no processo de construção do gênero samba como identidade genuína da cultura musical brasileira.

Ainda sobre a década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a imprensa brasileira teve que se equilibrar entre os conchavos políticos, a censura... Conforme cita Lemos (2015), no começo da década de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder, a imprensa brasileira passou por um período de “estiagem”, no tocante à liberdade de expressão, pois esta, para conseguir manter-se em atividade, tinha que se submeter a conchavos políticos, tendo a censura como “plano de fundo”. Sobre tal aspecto é válido evidenciar a seguinte citação de Fernandes (2001):

Conforme visto por Cabral (1996: 97), no primeiro artigo dos estatutos da UES ficou definido que sua finalidade seria “organizar programas de festejos carnavalescos e exibições públicas, entender-se diretamente com as autoridades federais e municipais para a obtenção de favores e outros interesses que revertam em benefício de suas filiadas”. Também foram reconhecidas “cláusulas pétreas” para os desfiles das escolas, como a presença das baianas e a proibição do uso de instrumentos de sopro. Mas, sobretudo, ficou definido, naqueles estatutos “a obrigação de, nos enredos, as escolas de samba apresentarem ‘motivos nacionais’”, decisão que por muito tempo foi considerada uma imposição da ditadura do Estado Novo. (CABRAL, 1996, apud FERNANDES, 2001, p. 86).

Fernandes (2001) ainda no mesmo escrito cita uma ideia contrária ao que diz Cabral (1996) ao destacar a citação de Augras (1998), o qual concebe a ideia de que a

ascensão do samba, de seu subgênero Samba-enredo, mediante os “Amparos” do estado novo e Getúlio Vargas, obedecia a uma busca pura e simplesmente casual de identidade nacional, sabendo que a identidade cultural da época, era inexistente, frente à pluralidade advinda das diferentes etnias que no Brasil se mesclaram no transcorrer de sua história. Assim conforme Fernandes:

Antes de nos posicionarmos frente à oficialização das escolas de samba, é importante observar como Augras (op. cit.: 34, 35) entendeu o problema: A iniciativa de Pedro Ernesto, ao criar o registro policial, o incentivo da subvenção e a premiação do concurso, marca claramente a intervenção do Estado no mundo do samba. Tudo deixa supor que a transformação progressiva do desfile, da estrutura das escolas de samba e, particularmente, a importância cada vez maior do samba-enredo, caminham pari-passu com a expectativa oficial. Não se trata de um processo linear de repressão e dominação, mas sim da construção mútua de nova modalidade de expressão popular. (AUGRAS, 1998, apud FERNANDES, 2001, p. 88).

Nesse contexto, é relevante destacar o Samba-enredo da Mangueira de 1956, composto por Padeirinho, intitulado de “O grande Presidente”. Visto que trata-se de uma composição em “tom de Louvor” ao então presidente Getúlio Vargas:

O grande presidente (Padeirinho)

No ano de 1883
 No dia 19 de abril
 Nascia Getúlio Dorneles Vargas
 Que mais tarde seria o governador do nosso Brasil
 Ele foi eleito a deputado
 Para defender as causas do nosso país
 E na revolução de 30 ele aqui chegava
 Como substituto de Washington Luiz
 E do ano de 1930 pra cá

Foi ele o presidente mais popular
 Sempre em contato com o povo
 Construindo um Brasil novo
 Trabalhando sem cessar
 Como prova em volta redonda a cidade do aço
 Existe a grande siderúrgica nacional
 Que tem o seu nome elevado no grande espaço

Na sua evolução industrial
 Candeias a cidade petroleira
 Trabalha para o progresso fabril
 Orgulho da indústria brasileira
 Na história do petróleo do Brasil
 Ô ô Salve o estadista idealista e realizador
 Getúlio Vargas

O grande presidente de valor

Ô ô

(PADEIRINHO, 1956)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/jamelao/924977/>)

Em termos de breve análise do samba em destaque acima e de uma possível intenção explícita da agremiação carnavalesca responsável por tal composição, diz-se da mangueira, frente ao contexto político na época, torna-se pertinente afirmar que tal composição veio a confirmar a tal “troca de favores” citada anteriormente no presente trabalho, visto que tal composição, revela-se explicitamente como um verdadeiro *Jingles* político, à qual nota-se um claro intuito de promoção e divulgação do então governo de Getúlio Vargas, com ênfase dada aos seus feitos políticos, assim abordados em discurso tido com heroico.

Tendo-se ainda como referência a citada “troca de favores”, a composição “O grande presidente”, como sendo o meio que Getúlio Vargas, dando incentivo material às escolas de Samba, usou para que estas em troca ficassem submissas ao projeto de governo do mesmo. Tal projeto perpassava por práticas nacionalistas e populistas, colocadas em execução com intuito de estabilizar seu governo que na época era classificado como ditatorial e centralizador mesmo antes da instauração do estado novo que ocorreu em 1937.

Sobre o ideal político do governo Vargas, Vianna (2004) destaca entrevista dada pelo então ministro da fazenda do Governo Getúlio e, posteriormente ministro das relações exteriores do estado novo, Oswaldo Aranha:

Em 1933, depois de um concerto da Orquestra Típica Brasileira, que tinha Pixinguinha como maestro e foi apresentada por Mário Reis, o ministro Oswaldo Aranha (outro ministro, Maciel Filho, também estava na plateia[*sic*]) declarou aos jornalistas: Só posso ter palavras de elogio para o que acabo de ver e ouvir: gente do meu país. Sou dos que sempre acreditaram na verdadeira música nacional. Não creio na influência estrangeira sobre a nossa melodia. Nós somos um povo novo. E a praxe é que os povos novos vençam os antigos. O Brasil, com a sua música nova e própria, há de vencer” (Cabral, s/d: 38). Nessa declaração estão como que condensadas várias idéias do nacionalismo triunfante no país, incluindo suas conotações “populares”, o repúdio à influência estrangeira e o elogio da “novidade” (vencedora no futuro) da cultura brasileira. (CABRAL, 1975, p.38 apud VIANNA, 2004, p. 125)

É preciso destacar, para efeito de comprovação do assunto em questão, Getúlio, em 1937, ano de instauração do Estado Novo e em tal ato, ter fechado o congresso nacional, oficializando assim seu Regime Ditatorial.

E ainda como fator cabal de comprovação do intuito de Getúlio ao ceder apoio econômico às escolas de Samba, leva-se em conta o fato do mesmo ter criado em 1939, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), estabelecido via decreto com intuito de fazer propaganda e de censurar qualquer veiculação de ideias contrárias ao seu governo, logo se conclui, que em época de composição e desfile do samba-enredo, “O Grande Presidente”, já

existia todo um sistema político ao qual já se poderia denominar na época, como uma legítima” Máquina Estatal de Censura”. Conforme escreve Lemos (2015):

Pelo Brasil inteiro o clima de incerteza era o mesmo, numa onda que, um pouco mais tarde, resultou na criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que passaria a controlar os meios de comunicação. Só conseguia sobreviver quem achava uma estratégia para se mostrar ao público. Os que buscavam espaço sabia o quanto estavam se arriscando, sabiam que estavam dando um tiro no escuro. (LEMOS, 2015, p. 54).

Encerrado o assunto em pauta, e seguindo com as características dos sambas-enredos no Rio de Janeiro, a partir de meados da década de 1950, eles começaram a adquirir uma característica peculiar em relação à abordagem imposta por Getúlio e a partir de 1937 tal característica foi introduzida pela escola do Salgueiro, quando começou a abordar temas de enredo que não estavam na história oficial, ou seja, a que era contada no âmbito educacional. Pode-se observar tal característica no samba-enredo intitulado Xica da Silva de autoria de Noel Rosa e Anescar do Salgueiro. Segue letra:

XICA DA SILVA

Apesar

De não possuir grande beleza

Xica da Silva

Surgiu no seio

Da mais alta nobreza.

O contratador

João Fernandes de Oliveira

A comprou

Para ser a sua companheira.

E a mulata que era escrava

Sentiu forte transformação,

Trocando o gemido da senzala

Pela fidalguia do salão.

Com a influência e o poder do seu amor,

Que superou

A barreira da cor,

Francisca da Silva

Do cativo zombou ôôôôô

ôôô, ôô, ôô.

No Arraial do Tijuco,

Lá no Estado de Minas,

Hoje lendária cidade,

Seu lindo nome é Diamantina,

Onde nasceu a Xica que manda,
 Deslumbrando a sociedade,
 Com o orgulho e o capricho da mulata,
 Importante, majestosa e invejada.
 Para que a vida lhe tornasse mais bela,
 João Fernandes de Oliveira
 Mandou construir
 Um vasto lago e uma belíssima galera
 E uma riquíssima liteira
 Para conduzi-la
 Quando ela ia assistir
 À missa na capela
 (ROSA; ANESCAR, 1963)

Outro expressivo exemplo desta característica do Salgueiro, o samba-enredo, “Chico Rei” de 1965, de autoria de Djalma Sabiá, Geraldo babão e Binha. Segundo Mello (2015), esta foi inspirada na história do escravo que enriqueceu no ciclo do ouro, em Ouro Preto, Minas Gerais. Em detalhes, tal como conta a história baseada na referência do autor acima, este teria comprado sua alforria de liberdade com as economias em pó de ouro que teria escondido em seu próprio cabelo, enganando seus donos, durante a época colonial do Brasil, mais precisamente no século XVIII. Este teria se convertido ao catolicismo, escolhendo para ser a partir de então, o seu nome Francisco. Ainda em minúcias sobre a história desse personagem que faz parte da tradição oral de Minas Gerais, destaca-se a seguinte citação com Litografia do mesmo:



Fotografia 1 - Chico Rei teria sido um monarca africano, nascido no Reino do Congo e chamava-se originalmente Galanga. Comerciantes portugueses traficantes de escravos o apresaram. Chegou ao Brasil em 1740, no navio negreiro "Madalena", mas, entre os membros da família, somente ele e seu filho sobreviveram à viagem. A rainha Djalô e a filha, a princesa Itulo, foram jogadas no Oceano pelos marujos do navio para aplacar a ira dos deuses da tempestade, que quase o afundou. batata [sic] Todo o lote de escravos foi comprado pelo major Augusto, proprietário da mina da Encardideira, e foi levado para Vila Rica como escravo, juntamente com seu filho. Trabalhando como escravo, conseguiu comprar sua liberdade e a de seu filho. Adquiriu a mina da Encardideira. Aos poucos, foi comprando a alforria de seus compatriotas. Os escravos libertos consideravam-no "rei". Este grupo associou-se em uma irmandade em honra de Santa Ifigênia, que teria sido a primeira irmandade de negros livres de Vila Rica. Ergueram a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Chico Rei virou monarca em Ouro Preto, antiga Vila Rica, em Minas Gerais, no século

XVIII, com a anuência do governador-geral Gomes Freire de Andrada, o conde de Bobadela.

(Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Rei)

Frente a tal citação, é válido ressaltar o seguinte Samba-enredo do salgueiro, referente a tal personagem lendário:

Chico Rei - Acadêmicos do Salgueiro (1964)

Vivia no litoral africano
Um régia tribo ordeira
Cujo rei era símbolo
De uma terra laboriosa e hospitaleira.
Um dia, essa tranqüilidade sucumbiu
Quando os portugueses invadiram,
Capturando homens
Para fazê-los escravos no Brasil.

Na viagem agonizante,
Houve gritos alucinantes,
Lamentos de dor
Ô-ô-ô-ô, adeus, Baobá,
Ô-ô-ô-ô, adeus, meu Bengo, eu já vou.
Ao longe Ninas jamais ouvia,
Quando o rei, mais confiante,

Jurou a sua gente que um dia os libertaria.
Chegando ao Rio de Janeiro,
No mercado de escravos
Um rico fidalgo os comprou,
Para Vila Rica os levou.
A idéia do rei foi genial,
Esconder o pó do ouro entre os cabelos,
Assim fez seu pessoal.
Todas as noites quando das minas regressavam
Iam à igreja e suas cabeças lavavam,
Era o ouro depositado na pia
E guardado em outro lugar de garantia
Até completar a importância
Para comprar suas alforrias.
Foram libertos cada um por sua vez
E assim foi que o rei,
Sob o sol da liberdade, trabalhou

E um pouco de terra ele comprou,
Descobrimo ouro enriqueceu.
Escolheu o nome de Francisco,
Ao catolicismo se converteu,
No ponto mais alto da cidade Chico-Rei
Com seu espírito de luz Mandou construir uma igreja
E a denominou
Santa Efigênia do Alto da Cruz!

(SALGUEIRO, 1964)

(Fonte: [https://www.letras.com.br/academicos-do-salgueiro/chico-rei-\(1964\)](https://www.letras.com.br/academicos-do-salgueiro/chico-rei-(1964)))

Como outro exemplo antológico dessa característica em questão, à qual encontra seu pioneirismo, nas letras dos compositores da escola Acadêmicos do Salgueiro, destaca-se letra do samba-enredo, “Festa para um rei negro” de 1971, composição de Zuzuca do salgueiro, samba que, deu o título deste ano a essa agremiação carnavalesca:

Festa Para um Rei Negro (Zuzuca)

Ô-lê-lê, ô-lá-lá
Pega no ganzê
Pega no ganzá

Nos anais da nossa história
Vamos encontrar
Personagem de outrora
Que iremos recordar
Sua vida, sua glória
Seu passado imortal
Que beleza
A nobreza do tempo colonial

Ô-lê-lê, ô-lá-lá
Pega no ganzê
Pega no ganzá

Hoje tem a festa na aldeia
Quem quiser pode chegar
Tem reisado a noite inteira
E fogueira pra queimar
Nosso rei veio de longe
Pra poder nos visitar
Que beleza
A nobreza que visita o gongá

Ô-lê-lê, ô-lá-lá
Pega no ganzê
Pega no ganzá

Senhora dona-de-casa
Traz seu filho pra cantar
Para o rei que vem de longe
Pra poder nos visitar
Essa noite ninguém chora
E ninguém pode chorar
Que beleza
A nobreza que visita o gongá

(ZUZUCA ,1971)

(Fonte: <https://www.letras.com.br/dominguinhos-do-estacio/festa-para-um-rei-negro>)

Este samba-enredo, segundo Mello (2015), baseia-se na história sucedida no período em que Pernambuco esteve sob o comando do Holandês Maurício de Nassau. Nesse período, eis que vieram do país de Angola uma comitiva de príncipes Africanos à Pernambuco, pedir proteção ao então governador do Brasil Holandês, frente aos ataques da

coroa portuguesa em Angola, que na época tinha sido colônia lusitana e depois passado ao domínio dos holandeses.

Sobre características intrínsecas contidas neste samba, vale frisar que este faz uma analogia, em forma de junção de fatos baseados na história da ideia central do enredo, descrita no parágrafo anterior, com a folia de reis, festa de cunho religioso afro-brasileiro comum em várias regiões do Brasil.

Tal característica se torna explícita, na totalidade da letra deste samba-enredo, mas de acordo com parte dessa característica, à qual faz referência à festa de reis, conforme o trecho: “Hoje tem a festa na aldeia/Quem quiser pode chegar/Tem reisado a noite inteira/ E fogueira pra queimar. Também o trecho “Senhora dona de casa/ traz seu filho pra cantar”, que segundo Mello (2015) o próprio Zuzuca diz referir-se ao fato de que os “[...] foliões param na porta, pedem licença e entram para saudar os chefes de família em época de dia de Reis” (MELLO, 2015, p. 42).

Segundo Mello (2015) a palavra “Ganzá”, teria sido colocada em sua composição por ser um instrumento de percussão usado no samba e no reisado.

Dessa forma tem-se por referência, a ideia e característica central desses três sambas-enredos do Salgueiro citados: “XICA DA SILVA, “CHICO REI e FESTA PARA UM REI NEGRO, os quais pertencem a um grupo de várias obras compostas que demonstram tal característica tida como precursora, por parte dos compositores da escola acadêmicos do Salgueiro, no início da década 1960.

Sobre esta e outras características tidas como inovações na evolução histórica dos Sambas-enredo, Lemos (2015) comenta:

Desde os primeiros desfiles, foram inúmeras as inovações experimentadas a cada Carnaval, a partir do bumbum paticumbum de Ismael Silva que rompia com o samba maxixado do início do século passado. A segmentação da escola em alas, atribuída a Paulo da Portela, é uma delas. A comissão de frente, criada pelos lados do Império Serrano, outra. **O negro como protagonista do enredo, criação de Fernando Pamplona para o Salgueiro no início da década de 1960, mais uma.** (LEMOS, 2015, p. 59, grifo nosso)

Em relação à característica descrita na citação acima, é pertinente relação com o contexto político-social da época, tendo em vista a seguinte citação:

Ao final do século XIX e durante uma grande parte do século XX, circulam jornais e revistas voltados aos negros. Os periódicos são fundados por associações dos mais diversos tipos, desde carnavalescas, até literárias. As publicações começam com o intuito de discutir a vida da população negra em geral e promover assuntos interessantes à época.

Porém, esses periódicos acabaram se tornando meios de denúncia de atos praticados contra os negros, das dificuldades desse grupo no período pós-escravagista, da desigualdade social entre negros e brancos e das restrições sofridas em decorrência do preconceito racial. O agrupamento de todas as publicações passou a

ser conhecido como Imprensa Negra Paulista. Dentro deste mesmo período, em 1931, é fundada a Frente Negra Brasileira. Esse movimento viria a se transformar em partido político, extinto com os demais na criação do Estado Novo. Após o Estado Novo, esses grupos começam a se organizar, formando entidades importantes na história pelo direito dos negros, tendo como exemplo a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro. Já na década de 60, a caminhada dos grupos no Brasil ganha novas influências e referências, como o Movimento dos Direitos Civis nos EUA e a luta africana contra a segregação racial e libertação de colônias. Destacam-se personalidades como Rosa Parks, Martin Luther King, Nelson Mandela e Abdias Nascimento. Assim como influências advindas do movimento conhecido como “Black is Beautiful”. Alguns anos depois, nas décadas de 70 e 80, vários grupos são formados com o intuito de unir os jovens negros e denunciar o preconceito. Protestos e atos públicos das mais diversas formas passam a ser realizados, chamando a atenção da população e governo para o problema social – como a manifestação no Teatro Municipal de São Paulo, que resultaria na formação do Movimento Negro Unificado.

(Fonte: <https://www.politize.com.br/movimento-negro>)

Outra citação de Rios (2012), confirmam o referido contexto sócio-político do Brasil na década de 1970, concernentes a primeira grande mobilização nacional de cunho racial ocorrida no Brasil. À saber, o ato público promovido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de junho de 1978, organizado pelo então Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que marcou a criação do MNU (Movimento Negro Unificado). Seguem as citações:

O ato de refundação do movimento negro

O primeiro marco dos protestos reivindicativos do movimento negro contemporâneo foi o ato público promovido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de junho de 1978, quando um conjunto de organizações negras de diferentes partes do país decidiu aderir ao movimento que visava combater a “discriminação” e defender “uma verdadeira democracia racial”³. Comungava com essa carta de interesses o objetivo de “ampliação do movimento”, seja pela adesão de outras entidades negras, seja pelo apoio dos “setores democráticos da sociedade”. (RIOS, 2012, p. 44)

Dentre as citações relevantes de tal mobilização, destaca-se o pronunciamento de um dos ativistas, em pleno referido protesto do dia 7 de Junho de 1978:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. (RIOS, 2012, p. 48).

O ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foi um momento inesquecível ainda em pleno regime militar. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo, participamos de reuniões de consolidação do movimento [...]. Foi ao mesmo tempo um início e um momento culminante, pois a fundação do MNU deu expressão a toda uma militância negra, que vinha se firmando através da década de 1970 (Nascimento, 2000, apud RIOS 2012, p. 49).

E seguinte refere-se ao fato de Amauri Mendes, então fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-Africa (Sinba), ter vindo a tal mobilização:

Amauri Mendes, já formado na UFRJ em Educação Física, e fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil – Africa (Sinba) – uma das organizações que assinou a carta de fundação do MNU – veio do Rio de Janeiro para o evento. A sua fala reforça a insegurança e o medo que atingiam os ativistas. “Todos pareciam muito receosos, já que a possibilidade de repressão poderia ocorrer: E quem vai dar o primeiro passo? Isso era uma interrogação porque a polícia estava ali para reprimir [...] Ninguém sabe quem foi primeiro”. Não era para menos: tratava-se do evento inaugural. E essa aparição pública foi flagrada pelos olhares atentos da mídia paulista e também não escapou ao interesse do Departamento da Ordem Política e Social (Dops), que espionou o movimento negro ao longo da década de 1970. (Kössling, 2007, apud RIOS 2012, p. 48-49).

Tendo-se ainda como referência ao dado contexto social da época, e obtendo-o aqui como “válvula propulsora” do contexto de composição do samba-enredo “Festa para um rei negro”, entende-se que para os carnavalescos do Salgueiro, responsáveis pela escolha dos temas de enredo, “não fazia sentido exaltar brancos que ajudaram a sustentar a escravidão e preconceitos raciais” (MELLO, 2015, p. 39), isso para despertar nos sambistas, como também na sociedade em geral na época, questões relativas à tomada de autoestima por parte da comunidade negra, que na época tinha, de maneira mais acirrada, frente ao estigma da sociedade em geral, a auto-estigma de sua própria imagem.

Fotografia 2 - A nobreza africana de “Festa para um rei negro” no Salgueiro em 1971.



Fonte: Livro - O Enredo do meu Samba (MELLO, 2015, p. 173)

Também sobre o contexto em questão, o Salgueiro teve a referida pioneira característica, oriunda do fato de também ser a primeira escola que uniu sambistas populares à direção de artistas e figurinistas, vindos em sua maioria do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, tendo estes logicamente, base de ideologias próprias em áreas humanísticas da ciência, tal como a Antrologia, que por assim dizer, valoriza muito a pluralidade étnica do homem.

Esse aspecto refere-se ao processo de escolha do tema, baseada na já citada história, que resultou no enredo de “FESTA PARA UM REI NEGRO”, ao qual teve como importante opinião, a da então integrante da equipe de carnavalescos, Maria Augusta Rodrigues, na época, recém-formada na escola nacional de Belas Artes (atual Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro):

Maria Augusta ficou maravilhada com a história [...] Até porque a trama tinha duas qualidades ótimas para dar samba. A primeira é a capacidade de levantar autoestima de uma comunidade de maioria negra, já que mostrava que africanos e seus descendentes também tinham seus reis, (ver foto 2) com pompa e circunstância. Um contraponto à imagem de escravos malvestidos e sofredores, forte no imaginário brasileiro até hoje (MELLO, 2015, p. 39).

Como fator de atestação do referido contexto social da época, tem-se a seguinte citação referente a um acontecimento decorrente nas dependências da sede da escola do Salgueiro, relacionado à escolha interna do Samba-enredo que iria disputar o carnaval de 1971, tendo vista que em meio à vitória do samba de Zuzuca, chamado também popularmente de “Pega no ganzê”, não teria concordado, o então diretor de harmonia do Salgueiro, Luiz Fernando Ribeiro do Carmo, o Laíla:

Laíla, que anunciou sua saída do Salgueiro em protesto assim que o resultado foi divulgado, ficou indignado com a influência do grande público em detrimento dos sambistas da casa, e abriu o verbo no *Jornal do Brasil*: “Se vocês acham que são esses brancos que vão ganhar o carnaval para o Salgueiro não devem estar precisando mais de nós”. (MELLO, 2015, p. 48)

Com relação à citação acima, onde Laíla, ao utilizar a expressão “Esses brancos”, referiu-se pejorativamente à equipe de carnavalescos do Unidos do Salgueiro, que na época, já tinha a ilustre presença do maranhense Joãozinho Trinta, diz-se deste, em plena década de 1970, com todas as prerrogativas de rotulações possíveis que poderiam ser atribuídas a este, no dado presente contexto da época.

Em se tratando da trajetória de evolução dos Sambas-enredos, tal subgênero do Samba passou por uma revolução, quando a partir de 1968, estes começaram a ser gravados

em Lp's. O que possibilitou a popularização desse estilo musical em todo Brasil, a partir de então.

Durante a década de 1970, com o advento da gravação dos sambas-enredos em Lps, o espetáculo carnavalesco das escolas de samba envolvido com as transmissões televisivas em cadeia nacional ancorado à crescente profissionalização dos desfiles foi chamando atenção de um público cada vez maior, visto que os desfiles das escolas de samba passaram a ser comumente frequentados por artistas de vários segmentos e autoridades oficiais, não só do Brasil. Nesse contexto, as escolas de samba, aumentaram e muito em número de participantes e nesse mesmo tempo surgiram mais duas escolas de samba pertencentes a bairros e regiões que agregam setores de classe média no Rio de Janeiro: União da Ilha (da Ilha do Governador) e Beija-flor de Nilópolis.

Destaca-se também que nesse mesmo contexto da década de 1970 surgiram os Patronos de escolas que fizeram fortuna com o jogo do bicho, época em que as escolas de samba começaram a buscar outras alternativas de angariar recursos materiais para suas apresentações nos desfiles, assim como de tudo que concerne aos seus preparativos. Relacionando-se esse contexto com o da ditadura militar, uma vez que o jogo do bicho era considerado subversivo pelo Regime Militar, por se tratar de uma prática ilegal.

Diante de tal afirmativa, frente ao crescimento estrutural e econômico na década de 1970, tanto da Beija-Flor, com a conquista do seu primeiro título em 1976, como posteriormente, da Imperatriz Leopoldinense, à qual teve sua primeira conquista em 1980, mais três títulos na iniciada década, sendo que em 1980 esta escola ganhou título conjunto com a Própria “Beija-flor” e ainda a Portela. Sendo assim, aqui nota-se um fator de incoerência no tocante ao crescimento dessas escolas e posteriormente de quase todas as outras do grupo de elite do Rio de Janeiro, no decorrer da década de 1980. Tal fator de incoerência se dá no citado crescimento das escolas de samba frente ao contexto de repressão da ditadura, em favor da ética, moral e bons costumes, padrões estes auto-rotulados pelos próprios militares na época. Dessa forma, crescimento das escolas de Samba foi patrocinado pelos empresários do jogo do bicho.

Sobre tal aspecto de incoerência, refere-se o livro “Os porões da contra-venção” dos autores Aloy Jupiará e Chico Octávio. Sobre tal obra, ressalta-se que nesta, encontra-se o desenrolar de todo o processo que levou em períodos adversos da Ditadura Militar, à ascensão dos empresários do jogo do bicho, e por sua vez de todo contexto carnavalesco, no tocante às

escolas de Samba sustentadas e por assim dizer, apatronadas por estes. Ainda sobre a referida obra, salienta-se que nesta, é revelado o motivo da incoerência que diz respeito à aliança total padrão “fora da lei” que o Regime Militar selou, logicamente que “nos porões da Ditadura” com os “magnatas bicheiros”. Conforme citação:

O ano era 1976. A Beija-Flor, uma pequena escola de samba da Baixada Fluminense que, sem expressão, subira do Grupo 2 para o desfile principal em 1973. Mas, naquele ano de 1976, a escola fizera um carnaval luxuoso e aplaudido, sob o comando do recém-contratado Joãozinho Trinta, carnavalesco bicampeão pelo Salgueiro. Em uma era dominada pelas chamadas quatro grandes — Mangueira, Portela, Império Serrano e Salgueiro —, Anísio sonhava ser rei do carnaval com a sua Beija-Flor. Parecia quase impossível. Só que aconteceu: encerrada a apuração, a agremiação pouco conhecida, e então identificada por apresentar enredos de tom ufanista e de exaltação ao regime militar, era a campeã. E campeã cantando um samba sobre o jogo do bicho, “Sonhar com rei dá leão”. O espanto tomou conta de muitos sambistas. Afinal, quem diria que o palpite certo para aquele carnaval fosse a Beija-Flor? Em Nilópolis, Anísio, refeito do susto das primeiras notas, comandava a festa. O município parou para comemorar. Só que esse enredo de brilho e alegria — a vitória inesperada e histórica de uma pequena escola sobre as grandes — escondia as sombras e o terror que corriam pelas ruas da Baixada Fluminense sob a ditadura militar. No início da década de 1960, Aniz Abraão David, o Anísio, era quase ninguém. Em meados dos anos 1970, contudo, ele e a família haviam se tornado os donos do poder político municipal, os controladores da jogatina do bicho na Baixada e os campeões do carnaval carioca. Conquistas obtidas com o apoio ostensivo que deram à ditadura - a colaboração na perseguição e cassação de adversários do regime; com a cooptação de agentes da repressão nas Forças Armadas e na polícia para proteger seus negócios na contravenção; com o expurgo dos pequenos bicheiros, com a anexação de seus pontos pela intimidação e pela força; e com a “tomada” da escola de samba, que abriria espaço para sua ascensão social e o fortalecimento de seu poder perante a população de Nilópolis. (JUPIARA e OCTÁVIO, 2015, p.35).

Neste Os porões da contravenção, Aloy Jupiara e Chico Otavio recriam a fauna de terror em que os bicheiros foram buscar os braços que lhes garantiriam segurança, território e organização. E vão muito além de escancarar – o que por si só já representaria um marco jornalístico – as manobras por meio das quais o regime não apenas protegeu, mas permitiu e mesmo estimulou, o desenvolvimento sustentável do crime organizado no Rio de Janeiro e, logo, no Brasil. (Fonte: <https://livreopiniao.com/2015/11/26/os-poroos-da-contravencao-livro-revela-ligacoes-entre-bicheiros-e-agentes-da-ditadura/>).

Também destaca-se a seguinte citação que atesta aliança entre militares e “os empresários do bicho”:

Nos anos 70, contraventores perceberam que as escolas tinham virado o grande evento do carnaval do Rio, pois tinham passado a atrair a classe média, artistas e turistas estrangeiros. Era a oportunidade que queriam para se legitimar socialmente, tentando construir uma imagem de mecenas. Quem viveu o carnaval do Rio na virada dos anos 70 para os 80 lembra que os dois filhos do então presidente João Figueiredo desfilaram na Beija-Flor, a escola de Anísio. Era isso que os bicheiros buscavam. (Fonte: <http://www.abi.org.br/livro-revela-conexao-entre-jogo-do-bicho-e-ditadura-militar/>)

Aqui também, cita-se uma das falas de Loy Jupiara, um dos autores do livro “Os porões da contra-venção” em entrevista à ABI (Associação Brasileira de Imprensa), ainda sobre o assunto em questão:

LOY- Fora a prisão em 1968, quando foram levados para a Ilha Grande, no litoral sul do Estado do Rio, mas meses depois foram soltos, o regime não enxergou ou não quis enxergar o que os bicheiros pretendiam. Não que não estivessem informados. Os serviços de informações do regime monitoraram os contraventores. Apesar disso, Castor teve uma metalúrgica que fornecia marmitas para o Exército. Essa empresa era uma sociedade de Castor com o sogro de um dos filhos do general Figueiredo. (Fonte: <http://www.abi.org.br/livro-revela-conexao-entre-jogo-do-bicho-e-ditadura-militar/>)

É dessa época referenciada o samba-enredo da Beija-flor, chamado “Sonhar com Rei dá Leão”, composição de Neguinho da Beija-flor para o carnaval de 1976:

Sonhar com Rei dá Leão (Neguinho da Beija-Flor)

Sonhar com anjo é borboleta
 Sem contemplação
 Sonhar com rei dá leão
 Mas nesta festa de real valor, não erre não
 O palpite certo é Beija-flor (Beija-flor)
 Cantando e lembrando em cores
 Meu Rio querido, dos jogos de flores
 Quando o Barão de Drummond criou
 Um jardim repleto de animais
 Então lançou...
 Um sorteio popular
 E para ganhar
 Vinte mil réis com dez tostões
 O povo começou a imaginar...
 Buscando... no belo reino dos sonhos
 Inspiração para um dia acertar

Sonhar com filharada... é o coelhinho
 Com gente teimosa, na cabeça dá burrinho
 E com rapaz todo enfeitado
 O resultado pessoal... É pavão ou é veado

Desta brincadeira
 Quem tomou conta em Madureira
 Foi Natal, o bom Natal
 Consagrando sua Escola
 Na tradição do Carnaval
 Sua alma hoje é águia branca
 Envolta no azul de um véu

Saudado pela majestade, o samba
 E sua brejeira corte
 Que lhe vê no céu

(NEGUINHO,1976)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/neguinho-da-beija-flor/1433418/>)

Agora, sobre fatores característicos intrínsecos desta composição, relacionados à interligação destes ao já mencionado contexto político-social em que a mesma estava inserida, vale salientar que o seguinte trecho da mesma: “Cantando e lembrando em cores/ Meu Rio querido, dos jogos de flores/ Quando o Barão de Drummond criou Um jardim repleto de animais/ Então lançou.../ Um sorteio popular” é uma explícita menção em tom de louvação a prática do jogo do bicho, uma vez que nota-se referência à história da origem desta prática no Brasil, sobre tal origem cita-se:

O jogo do bicho nasceu nas ruas do Rio, em 1892, explorando a esperança da população pobre da cidade. Começou inocente, no Jardim Zoológico do barão de Drummond, em Vila Isabel. No primeiro sorteio, com 25 bichos, deu avestruz, erroneamente conhecido como a ave que enterra a cabeça em um buraco para se esconder. Logo o jogo ganhou as esquinas e prosperou. Quando o poder público se deu conta, era tarde. (JUPIARA e OCTÁVIO, 2015, p. 9).

Outra referência tida neste samba, à qual menciona-se o apelido derivado do nome de outro magnata do jogo do bicho, relacionando uma apologia a este como também à escola da qual o mesmo era patrono. Trata-se do seguinte trecho: “Desta brincadeira/ Quem tomou conta em Madureira/Foi Natal, o bom Natal/ Consagrando sua Escola/ Na tradição do Carnaval/ Sua alma hoje é águia branca/ Envolta no azul de um véu”.

Sobre menção do trecho citado, destaca-se que o referido nome do bicheiro é Natalino José do Nascimento, apelidado de Natal, que era patrono da Portela, à qual o compositor se referiu descrevendo características do símbolo dessa escola: “águia branca/ Envolta no azul de um véu”. Para confirmar tal fato, torna-se necessário pontuar a seguinte citação:

Com o AI-5, o bicho sofreria um revés: o regime decidiu reprimir o jogo e chegou a prender, na Ilha Grande, bicheiros como Natalino José do Nascimento, o Natal, dono das bancas de Madureira e patrono da Portela, e Castor de Andrade, herdeiro do jogo em Bangu e na Zona Oeste do Rio. Em Nilópolis, Anísio aproveitou o enfraquecimento dos antigos bicheiros da região para tomar pontos (como os de Seu Ângelo) e conquistar territórios cada vez maiores, até estender seus domínios a toda a região. A concentração do jogo nas mãos de uma única família, apoiada na proteção política, de policiais e militares amigos, explica por que Anísio ficaria relativamente a salvo, podendo agir e ampliar seus negócios.

Essa aliança forjada na Baixada entre agentes da repressão, políticos e a contravenção não garantiu imunidade total ao bicheiro, que chegou a ser preso mais de uma vez na época, mas lhe granjeou recursos e ligações pessoais que facilitariam sua ascensão e garantiam, naqueles anos, que não ficasse muito tempo atrás das grades. (JUPIARA e OCTÁVIO, 2015, p. 39).

Diante da citação anterior, pode-se afirmar o porquê de ser intitulado o referido samba-enredo de Nequinho da Beija-Flor:” Sonhar com o Rei dá Leão”. De acordo com tal citação, identifica-se o fato de Anísio, Bicheiro e então Patrono da Beija-flor ter tido

preferência no amparo, via troca de favores, dos militares em detrimento de todos os outros bicheiros da época, estabelecendo-se assim, como bicheiro quase monopolista, sendo o maior e mais rico da época, ou seja, Anísio era considerado o então Rei do jogo do bicho.

Ainda de acordo com a citação anterior, vale destacar que os militares contraventores usaram o AI-5 (Ato Institucional n 5, lei de 1968 que institucionalizava a tortura, e a prisão de subversivos ao Regime da “moral e bons costumes”) como pretexto para prender todos os outros grandes bicheiros da época, inclusive o “Natal da Portela”. Sobre tal fato, na mesma citação, nota-se ainda que as prisões posteriores de “Anísio da Beija-flor”, na verdade foi uma “Marmelada de satisfação política à sociedade”, pois este, mesmo preso, continuou com o mesmo privilégio de maior sócio bicheiro da Ditadura, contribuindo assim, para que ficasse por pouco tempo, a saber duas vezes na prisão.

Ainda sobre as metáforas referentes ao jogo do bicho, contidas no samba-enredo campeão de 1976, da Beija-Flor destaca-se a expressão “Leão”, logicamente relacionada a este jogo, fazendo parte do tema dado ao referido samba-enredo, naturalmente por conta que segundo João Bidú, uma das maiores referências do Brasil em assuntos relacionados à exoterismo e astrologia e âmbitos que atribuem em sua prática a interpretação de sonhos. Afirma que sonhar com leão é um indício de sorte. Conforme tal afirmativa, salienta-se a seguinte citação de João Bidú, por sua vez também respaldada em ditos e crenças populares, ou seja, na classe popular, cujas práticas desse jogo tem sua origem e se tornaram comum:

Leão - Representa o rei, o magistrado, o senhor. Mas se uma mulher sonha com uma leoa cercada de seus filhotes, essa visão lhe trará sorte. Esse animal simboliza uma sexualidade ardente, exigente e, às vezes, selvagem até demais. Outras interpretações – proteção de alguém poderoso. Grande força em todas as situações. (Fonte: <https://joaobidu.com.br/sonhos/significado-sonhar-com-leao-animal/>)

Diante de tal citação, constata-se a notória apologia feita a figura do já citado Patrono da Beija-flor, como alguém muito poderoso, e dá a ideia de que a escola apadrinhada por Anísio, tinha sorte porque estava sob os “amparos econômicos” do mesmo, dito aqui, Rei do jogo do bicho na época.

De acordo com embasamento teórico referenciado no presente trabalho, destaca-se que ancorado no dito patrono, o destaque da Beija-flor de Nilópolis no tocante à disciplina e estrutura nos desfiles em meados da década de 1970, mais precisamente em 1976, ano que esta escola sagrou-se campeã do carnaval, está atrelado principalmente à figura do Carnavalesco maranhense Joãozinho Trinta.

Conforme Araújo (2015) afirma:

Em 1976 a modernidade bateu de vez a porta do Carnaval carioca com o inacreditável primeiro título da beija-flor de Nilópolis a escola adotada pelos irmãos David tinha contratado Joãozinho 30 carnavalesco bicampeão com Salgueiro e inventado de vez o luxo na avenida algo que curiosamente o próprio Império tinha dado pistas de que faria ainda nos anos 1960 com o sonhar com Rei dá Leão o ousado enredo falava exatamente do jogo do bicho que sustentava a escola e na época uma boa parte do Carnaval carioca. (ARAÚJO, 2015, p. 118)

Segundo Araújo (2015, p. 118) que “Se Eram Quatro Grandes (grupo que acabou exatamente ali), e a Beija-flor superou todas”. Salienta-se ainda que este trecho refere-se ao fato de que antes dos “Adventos da Beija-Flor & Joãozinho Trinta”, a saber em 1976, as quatro únicas escolas de samba até então consideradas grandes, tanto pela história quanto pelo número de títulos em carnavais conquistados, tendo-se nestas, concentrados praticamente todos os títulos conquistados nos carnavais desde sua origem, eram: Mangueira, Portela, Salgueiro e Império Serrano. Ressalta-se ainda que após o seu primeiro título em 1976, só entre a décadas de 1970 e 1980, a Beija-flor conquistou mais quatro, nos anos 1977, 1978, 1980 e 1983. Ainda sobre esse aspecto, vale destacar que nesse período a referida escola passou a ter referência como padrão a ser seguido.

Nesse contexto, até no tocante à escolha dos sambas-enredos os carnavalescos começaram a assumir o status de diretores artísticos das escolas, centralizando-se a partir de então na figura do carnavalesco, todas as decisões às quais fazia-se referência a todo o contexto organizacional artístico da escola, envolvido nos desfiles. Salienta-se ainda que antes do padrão “Joãozinho Trinta”, os carnavalescos ficavam responsáveis nas escolas somente pelas Alegorias e fantasias, e que com tal advento os carnavalescos assumiram a função de diretores artísticos gerais das agremiações carnavalescas.

Também é importante destacar que antes desse advento, os sambas enredos eram escolhidos interiormente nas agremiações por meio de concurso de três ou quatro sambas, e que depois que o referido padrão da Beija-Flor foi adotado por outras escolas, os carnavalescos começaram a intervir na escolha destes, sobre à qual ficaram conhecidos casos em que ocorreram a fusão de dois ou mais sambas para concorrer ao carnaval, assim resultando em autorias conjuntas de até dez compositores. Ressalta-se que todo esse contexto resultou nas chamadas “SUPER ESCOLAS DE SAMBA S&A”, dado ao elevado padrão de estrutura de tais escolas, com nível de profissionalização equiparado ao de verdadeiras empresas. Sobre a citada característica dos sambas-enredos nesta época oriunda desse

contexto destaca-se a composição “Bum Bum Paticumbum Prugurundum” do Império Serrano, para o carnaval de 1982, de Beto sem Braço e Aluísio Machado. Veja-se:

Bum Bum Paticumbum Prugurundum (Beto sem braço e Aluísio Machado)

Bumbum Paticumbum Prugurundum
O nosso samba minha gente é isso aí
Bumbum Paticumbum Prugurundum
Contagiando a Marquês de Sapucaí

Enfeitei meu coração
De confete e serpentina
Minha mente se fez menina
Num mundo de recordação
Abraça a Coroa Imperial
Fiz meu carnaval
Extravasando toda minha emoção
Oh! Praça Onze tu es imortal
Teus braços embalaram o samba
A sua apoteose é triunfal
De uma barrica se fez uma cuíca
De outra barrica um surdo de marcação

Com reco-reco, pandeiro e tamborim
E lindas baianas o samba ficou assim
E passo a passo no compasso o samba cresceu
Na Candelária construiu seu apogeu
As burrinhas que imagem, para os olhos um prazer Pedem passagem pros Moleques de Debret
"As Africanas", que quadro original
Iemanjá, Iemanjá enriquecendo o visual

Vem meu amor manda a tristeza embora
É carnaval, é folia neste dia ninguém chora

Super Escolas de Samba S. A
Super alegorias
Escondendo gente bamba
Que covardia

(MACHADO; CASEMIRO, 1982)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/thiaguinho/bumbum-paticumbum-prugurundum/>)

Aqui chama-se à atenção para o fato de que tal contexto das Super Escolas de Samba, trazia discordâncias a esse meio cultural, principalmente advinda dos compositores, que a partir de tal momento, passaram a ter sua criatividade vinculada e imposta pela figura do carnavalesco. Desta forma, a tradicional disputa dos sambas-enredos teve sua validade desconfigurada, como já citado, alterando assim, o potencial de criatividade dos compositores de sambas-enredos.

Nota-se ainda na composição em destaque, além do descontentamento relacionado à supressão da criatividade dos compositores, também relacionado ao contexto religioso Afro-brasileiro que englobava essa manifestação em seus primórdios, sendo que os desfiles aconteciam em tom de cortejo, como já citado na Praça Onze do centro do Rio, em frente às

casas das “tias baianas”, pois estas eram chefes de terreiros de religiões afro-brasileiras, abrigando-os em suas próprias casas.

Ainda sobre características intrínsecas a esse Samba-enredo, destaca-se também que é notório o descontentamento engajado no mesmo, com relação à lógica do lucro à qual a partir da década de 1980, ficou submetido o espetáculo dos desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro, pois com o advento das transmissões televisivas em rede nacional e internacional, como também da venda de fantasias luxuosas para os turistas, enfim, tudo que se concerne à livre expressão no tocante à composição dos sambas-enredos como seus fatores de inspiração foram canalizados para o ideal da lucratividade, desencadeando assim, em uma desvirtuação dos intuitos originais, isto é, dos princípios dessa manifestação carnavalesca.

Sobre o dado contexto de composição do samba-enredo campeão de 1982 do Império Serrano, resultou no tema “Bum Bum Paticumbum Prugurundum”. E as seguintes citações, das quais, a primeira relata uma entrevista dada por Ismael Silva ao Jornalista Sérgio Cabral, foi o fundador da Primeira Escola de samba, a DEIXA FALAR, como também da onomatopeia que resultou no tema do samba-enredo em questão:

Nos oitenta e sete anos passados desde que Ismael criou o termo “escolas de samba”, a história do Carnaval do Rio mudou. [...], o samba vive em permanente mutação. É um terreno fértil para os inventores. Às vezes erra, às vezes acerta. Em 1982, o Império Serrano, que faturou o título com “Bumbum paticumbum prugurundum”, mostrava de uma maneira crítica, a história dessas transformações. O enredo, um clássico na história do Carnaval do Brasil – e que teria sido “soprado” por Fernando Pamplona às carnavalescas Rosa Magalhães e Lícia Lacerda –, se inspirou em uma famosa entrevista de Ismael ao jornalista Sérgio Cabral: “Quando comecei, o samba da época não dava para os grupos carnavalescos andarem na rua, não era conforme a gente vê hoje em dia. O estilo não dava para cantar. Eu comecei a notar que havia essa coisa. O samba era assim tan tantan tan. Não dava. Tan tantan tan tantan não dava, né? Como é que um bloco ia andar na rua assim? Aí a gente começou a fazer um samba assim: bum bum paticumbum prugurundum Aí o samba pegou”. O samba de Ismael Minha gente é isso aí. (LEMOS, 2015, p. 44, 45)

A obra de Aluísio e Beto sem Braço nasceu com vocação para ficar na memória. Não só porque o enredo sintetizava a trajetória das escolas de samba desde os primeiros desfiles ou pela melodia envolvente. Mais do que um samba histórico, “Bum bum paticumbum prugurundum” fez história ao chamar atenção para a música, o ritmo e a dança, fundamentos esquecidos em detrimento dos grandes carros: “Superescolas de samba S/A/ Superalegorias / Escondendo gente bamba /Que covardia”, dizia a letra. (MELLO, 2015, p. 161)

O sucesso da música de Aluísio e Beto sem Braço mostrou que era possível ganhar apostando todas as fichas na tradição, o que não aconteceria desde 1973, quando a mangueira venceu com “Lendas do Abaeté”. De 1974 a 1978 o carnavalesco Joãozinho Trinta ganhou tudo que disputou, aparecendo na mídia como revolucionário, que daria as cartas a partir de então. (MELLO, 2015, p. 161)

Frente aos adventos das super escolas, e ao aumento, tanto do número das escolas de samba, como também de seus participantes, assim como o contexto de homogeneização do padrão “super escolas S/A” houve a necessidade de aumentar o andamento do ritmo dos sambas-enredos, tendo em vista a otimização do fator tempo nos desfiles, conseqüentemente devido à grande quantidade de membros e pessoas envolvidas nos espetáculos carnavalescos. pois, os sambas-enredos ficaram mais curtos e com letras de fácil assimilação. Além disso, tais características de composição tiveram na pessoa do compositor Martinho da Vila, o pioneirismo, sendo que este também agregou aos sambas-enredos elementos do Samba de roda. Salienta-se ainda que tais inovações introduzidas por este compositor generalizaram-se em pouco tempo por parte dos compositores das outras escolas de samba, a saber, no decorrer da década de 1980.

Ainda sobre as inovações e resultado destas no tocante ao contexto carnavalesco das escolas de Samba na década de 1980, é importante destacar que com a junção da conseqüente popularidade dos sambas-enredos por meio dos Lps, aliada à facilidade de assimilação dos mesmos, ressalta-se que, nesta época, o samba-enredo passou a ser conhecido por todo país como a música oficial da festa carnavalesca, deixando a tradicional marchinha de carnaval em menor preferência. No samba de Martinho da Vila de 1980, pela Vila Isabel, denominado *O Sonho de um sonho*, observa-se característica da qual o próprio Martinho foi pioneiro e que através desta o samba-enredo passou a superar todos os estilos musicais concernentes à época carnavalesca em todo o Brasil. “O sonho de um sonho”:

Sonho de um Sonho (Martinho da Vila)

Sonhei
 Que estava sonhando um sonho sonhado
 O sonho de um sonho
 Magnetizado
 As mentes abertas
 Sem bicos calados
 Juventude alerta
 Os seres alados
 Sonho meu
 Eu sonhava que sonhava
 Sonhei
 Que eu era o rei que reinava como um ser comum
 Era um por milhares, milhares por um
 Como livres raios riscando os espaços
 Transando o universo
 Limpando os mormaços
 Ai de mim
 Ai de mim que mal sonhava
 Na limpidez do espelho só vi coisas limpas
 Como uma lua redonda brilhando nas grimpas

Um sorriso sem fúria, entre réu e juiz
 A clemência e a ternura por amor da clausura
 A prisão sem tortura, inocência feliz
 Ai meu Deus
 Falso sonho que eu sonhava
 Ai de mim
 Eu sonhei que não sonhava
 Mas sonhei

(VILA,1980)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/martinho-da-vila/287490/>)

Podemos ainda nos referir ao contexto político-social em que a mesma estava inserida, no caso: ditadura militar. Ressalta-se, como já referido neste trabalho com bastante ênfase, que este período foi marcado pela censura aos meios expressos e pela repressão aos que por meio destes demonstravam uma disposição ideológica contrária a este regime.

Entretanto, mais precisamente do final da década de 1970 para o começo da de 1980, a Ditadura Militar frente também uma acentuada crise econômica, conforme Costa (1997, p.11) entrou em um processo de “abertura lenta, gradual e segura”, iniciado sob o governo de Geisel(1974-1978) e acelerado tal processo no governo Figueiredo (1979-1984) que previu dentre outras condições o retorno à pluralidade partidária e dentre outras prerrogativas, um certo abrandamento com relação à censura da liberdade de expressão, o que não significava ainda um total rompimento desta. Sendo assim, no âmbito político, foram desintegrados os partidos ARENA e o MDB, e, depois instaurados seis novos partidos: o PDS (ex-ARENA), o PMDB (com maior parte de antigos MDBistas), o PP (de Tancredo Neves, que depois se fundiu com o PMDB), o PDT (de Leonel Brizola), o PTB (de Ivete Vargas) e o PT (do líder operário Lula).

Nesse período de abertura do regime militar, deu-se a possibilidade de ressurgimento de mobilizações sociais como protestos e reivindicações, no âmbito político, social, como também no cultural. Oportunizando-se assim, uma certa abertura no tocante à liberdade de expressão de ideologias e aspirações veiculadas por meios impressos, dentre outros também, por meio da música, e mais precisamente aqui, tendo em vista a prerrogativa do presente trabalho, por meio dos sambas-enredos.

Tendo em vista o contexto sócio-político que possibilitou a existência do Samba-enredo de Martinho da Vila, de 1980, “Sonho de um Sonho”. Vale destacar a seguinte citação:

As greves de 1978-1980 no ABC Paulista foram uma série de manifestações operárias ocorridas na Região do Grande ABC, no contexto de abertura política da ditadura militar, e que marcaram o ressurgimento do movimento trabalhista brasileiro, após a repressão promovida pelo regime entre 1968 e 1972.

O movimento grevista teve início em 1978, com uma série de paralisações espontâneas nas cidades da região do ABC, em especial, no setor dos metalúrgicos, protestando contra as políticas de arrocho salarial e reivindicando liberdade e autonomia sindical. Após essa greve, houve novas mobilizações trabalhistas, em um processo que se consolidou e ampliou-se com as greves dos metalúrgicos em 1979 e 1980, às quais se incorporaram, ao redor do Brasil, outras categorias, como a dos bancários, petroleiros e professores, evidenciando uma ascensão do movimento trabalhista no período.

As greves de 1978-1980 marcaram também o surgimento de um novo sindicalismo, caracterizado pelo tipo de organização que se desenvolveu entre os trabalhadores de base, justapondo os laços do sindicato à rede de organizações da comunidade operária – em especial, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e associações comunitárias –, e pela ascensão de novas lideranças sindicais, como Luiz Inácio Lula da Silva.

A emergência desse novo sindicalismo introduziu entre a oposição política ao regime militar reivindicações da classe trabalhadora a serem alcançadas através da liberalização das instituições e culminou, na década de 1980, na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de organismos intersindicais de cúpula, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Greves_de_1978-1980_no_ABC_Paulista)

Frente a esse contexto “Semi-democrático”, mas por assim dizer, ainda de repressão à liberdade, com a finalidade de fugir da censura e dos ainda possíveis castigos impostos pela ditadura militar, Martinho da Vila agregou na sua composição citada anteriormente, meios de “driblar a censura”, por meio de metáforas, praticadas na intenção de “camuflar” por meio de um certo eufemismo, a veiculação de críticas e protestos contra o Regime Militar e a todo contexto político-social e econômico desencadeado pelo próprio, por sua vez, ainda desfavorável à população brasileira na época.

Sobre a ligação deste dado contexto com “Sonho de um sonho”, destaca-se a seguinte citação sobre o mesmo:

O mesmo Martinho da Vila conseguiu em 1980 — ano seguinte ao da Lei da Anistia, mas ainda em pleno regime militar — “fazer toda a avenida cantar os versos “Um sorriso sem fúria entre o réu e o juiz/A clemência e a ternura por amor da clausura/A prisão sem tortura, inocência feliz/Ai meu Deus/Falso sonho que eu sonhava”, do samba-enredo “Sonho de um sonho”, inspirado em versos de Carlos Drummond de Andrade. Foi a vez mais direta que, naqueles tempos, uma escola de samba clamou pela liberdade, ousando o verso “a prisão sem tortura” (Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/sambas-enredo-enfrentaram-regime-militar-10304313>)

No decorrer da década de 1980, no tocante à conjuntura governamental brasileira, decorreram-se muitos acontecimentos de extrema importância, que em 1985, o Regime Militar foi destituído, e com a derrota da emenda Dante de Oliveira que previa em 1984 a instauração das eleições Diretas para Presidente, desencadeou-se um dos maiores movimentos Político-sociais da história do Brasil, a chamada campanha das Diretas Já. E em meio à “efervescência” de tal reivindicação, em 1988, foi estabelecida a constituição como um marco

dos direitos humanos, da liberdade de expressão e mais ainda da volta do Regime Democrático de Direito no Brasil. Dentre essas várias reivindicações transcorridas nesse período referente ao Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se esta na seguinte citação:

[...]Depois do protesto das escadarias, em 1978, o centenário da Abolição em 1988 entrou para a história do movimento negro como o segundo marco nacional da luta antirracista contemporânea. Ao contrário da fundação do MNU, a onda de manifestações que questionou a data comemorativa de 13 de Maio possuiu maior alcance, seja porque se tratava de momento simbólico para a nação, seja porque foi realizada nas proximidades da campanha pela reforma constitucional. Não era para menos: tratava-se de uma oportunidade política francamente aberta para a consolidação do movimento negro na cena política nacional.

Dez anos depois do ato no Teatro Municipal, tudo era um pouco diferente. Não só o movimento tinha se modificado, como também a conjuntura nacional estava em mudança: os ventos democráticos assobiavam mais na sociedade civil e nas estruturas estatais. De um lado, havia um processo franco de expansão e diversificação do movimento negro, revelado, sobretudo, na formação de novas organizações e na constituição dos coletivos de mulheres negras, que ampliaram o repertório discursivo do movimento, com a inclusão das questões de gênero e sexualidade. De outro lado, o movimento conquistara alguns espaços institucionais, como foi notado por Hanchard: “o protesto afro-brasileiro do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 levava à criação de assessorias e comissões no Rio de Janeiro e São Paulo”. (HANCHARD, 2001, apud RIOS, 2012, p. 51).

Concernente à abordagem deste trabalho, e tendo-se este como “plano de fundo” do carnaval de 1988, por também este ser o ano de centenário da abolição da escravatura no Brasil, é relevante destacar trechos do samba-enredo “Kizomba, Festa da Raça”, justamente do ano de 1988, composição conjunta de Rodolpho, Jonas e Luiz Carlos da Vila, que rendeu neste ano o primeiro título de campeã do carnaval, à escola Unidos de Vila Izabel:

Samba-Enredo 1988 - Kizomba, Festa da Raça
G.R.E.S Unidos de Vila Isabel (RJ)

Valeu Zumbi!
O grito forte dos Palmares
Que correu terras, céus e mares
Influenciando a abolição

Zumbi valeu!
Hoje a Vila é Kizomba
É batuque, canto e dança
Jongo e maracatu

Vem menininha pra dançar o caxambu

Ôô, ôô, Nega Mina
Anastácia não se deixou escravizar
Ôô, ôô Clementina
O pagode é o partido popular (<https://www.lettras.mus.br/vila-isabel-rj/473988/>)

Sacerdote ergue a taça
Convocando toda a massa
Neste evento que congrege
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção

[...] Tem a força da cultura
 Tem a arte e a bravura
 E um bom jogo de cintura
 Faz valer seus ideais....

Esta Kizomba é nossa Constituição

Vem a Lua de Luanda
 Para iluminar a rua
 Nossa cede é nossa sede
 E que o apartheid se destrua

(JONAS; RODOLPHO, 1988)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/martinho-da-vila/287389/>)

Nota-se em tal composição, por meio de metáforas, uma clara analogia da abolição da escravatura à liberdade de expressão, como também à conquista de direitos civis, advindos da promulgação da constituição federal em 1988, no mandato do então presidente José Sarney.

Nesse contexto, destaca-se que em 1988, Martinho da Vila era presidente de honra da Unidos de Vila Izabel e sua esposa na época, Maria Maciel Caniné, a presidente. Sendo que de acordo com tal posição de Martinho na referida escola, a ideia do enredo denominado “Kizomba, Festa da Raça”, teria sido de sua própria autoria. Como diz e referência as seguinte citação:

Martinho tinha motivos para se preocupar com destino da escola que carrega no nome. Sua mulher na época, Licia Maria Maciel Caniné, a Ruça, assumira a presidência e aquele seria o seu primeiro Carnaval. E o enredo foi uma ideia sua, trazida da África onde ele é muito querido. (MELLO, 2015, p. 216).

E sobre a ligação de Martinho da Vila com o movimento negro na época, e tendo-se aqui esta como motivação de escolha do tema do Samba-enredo em questão, e ainda que no dado contexto, “Kizomba” teria sido também o nome dado por este ao primeiro encontro internacional de artes negras do Brasil, evento de tal grandeza organizado pelo próprio Martinho. De acordo com Mello (2015):

Bem antes de 1988, Martinho e seus amigos integrantes do movimento negro promoviam o intercâmbio cultural entre o Brasil e Angola. Em 1982, o sambista trouxe artistas africanos para se apresentar em na sala Cecília Meireles, no Rio. Dois anos depois, aconteceu o “Kizomba: Primeiro encontro internacional de artes negras”, com shows, eventos de sabedoria popular e ciclo de palestras. Coisa grande, com a participação de Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Fagner, Elba Ramalho e delegações de Estados Unidos, Angola, África do Sul, Guiana Francesa e Congo. Foram dez dias de festa, dia 16 a 25 de novembro de 1984 em três espaços diferentes, o Pavilhão de São Cristóvão, a Praça da Apoteose e a Universidade Candido Mendes (MELLO, 2015, p. 216-217).

Em expressões metafóricas contidas em trechos desse samba fazendo alusão às comemorações dos 100 anos de abolição da escravidão no Brasil e entrelaçando esse dado contexto ao dos adventos do então presente período de recém fim da Ditadura Militar e os adventos da promulgação da Constituição de 1988, destacam-se trechos do samba-enredo “Kizomba, Festa da Raça”, como: “Valeu Zumbi! /O grito forte dos Palmares /Que correu terras, céus e mares/ Influenciando a abolição” tem-se explícita uma analogia das revoltas dos quilombos, frente ao contexto opressivo da escravidão, com as manifestações decorrentes em todo país durante a ditadura militar, dentre às quais podemos ter como exemplo de reivindicação artística neste período, o próprio samba-enredo de Martinho da Vila, baseado na poesia de Mário de Andrade, o outrora citado neste trabalho “Sonho de um Sonho” que disputou o carnaval de 1980, já mostrado, com protestos em forma de fortes críticas à ditadura militar. A tal luta metaforizada no verso destacado, explicitamente é vista uma clara menção também aos protestos e reivindicações concernentes ao processo de redemocratização do país, mais precisamente, à campanha das DIRETAS JÁ.

Ressalta-se também que neste samba-enredo, tal menção no tocante às “DIRETAS Já”, é comprovada no seguinte verso: “[...] Esta Kizomba é nossa Constituição / Vem a Lua de Luanda Para iluminar a rua /Nossa cede é nossa sede/ E que o apartheid se destrua.” Onde a Constituição de 1988 é mencionada e colocada como uma conquista que traz adventos de liberdade, principalmente no que diz respeito ao contexto das diferenças socioeconômicas atreladas à questão racial no Brasil.

Ainda com referência a este samba, torna-se necessário salientar também o seguinte fragmento do mesmo que menciona claramente aos já citados meios que os compositores utilizavam para “driblar a censura”, e em meio à repressão ditatorial, externar suas aspirações e ideologias. Como: “Tem a força da cultura/Tem a arte e a bravura/ E um bom jogo de cintura/ Faz valer seus ideais”.

Sobre o verso: “Ôô, ôô, Nega Mina/Anastácia não se deixou escravizar” na qual tem-se uma menção à ideia da suposta negra escravizada no século XVIII. Conforme as citações de Mello (2015):

A menção à escrava Anastácia, por exemplo, foi o último trecho a ser incluído. Jonas conta que o trio estava na casa de Rodolpho e no parapeito da janela tinha um exemplar do jornal *O Dia*, no qual estava publicado um anúncio de um evento em homenagem a ela. Assim aquela figura sofrida foi convidada para Kizomba só que numa visão libertária, já que na visão dos compositores ela “não se deixou escravizar”. (MELLO, 2015, p. 220-221)

Os compositores da Vila não foram os únicos a falar de Anastácia evitando a ideia de sofrimento e submissão associada à personagem. No ano seguinte, o samba-enredo do Salgueiro “Templo Negro em tempo de consciência negra” dizia “Linda Anastácia sem mordação/ O novo símbolo da massa/ a beleza negra me seduz”. No desfile, uma alegoria com movimento mostrava a mordação subindo e deixando o rosto da personagem livre do instrumento de tortura. Nos dois casos, foi uma forma de incluir no enredo um personagem de forte apelo popular sem reforçar o esteriótipo. (MELLO, 2015, p. 221)

Chama-se aqui atenção ao fato, de que a referida menção da personagem Anastácia, no referido samba-enredo, remonta uma ideia associada ao dado presente contexto sócio-político que o país inteiro vivia nesta época: o passado Regime Militar e a conquista de direitos com a Promulgação da Constituição de 1988.

E para finalizar tal referência, torna-se necessário também destacar que o termo “Kizomba”, título do referido samba-enredo, é oriundo de umas das línguas que se fala no país de Angola, o “Kimbundú”, mais precisamente na província de Luanda. E que significa, dentre outros relativos significados: Festa do povo, resistência, um chamado à luta por liberdade e justiça. Destaca-se ainda que tal termo também seja originário de uma dança africana de mesmo nome, praticada pelos então negros angolanos e de origem angolana resistente à escravidão no contexto abolicionista, principalmente nos países latino-americanos. Sendo assim, denota-se um claro intuito no tocante ao contexto geral de composição desse samba, relativo ao sentimento de euforia e expectativas de dias melhores, frente à concretização dos direitos conquistados.

Agora, com relação ao momento pós-Constituição, em 1989, ainda em clima de advento da retomada de direitos e também por conta deste ter sido o ano do centenário da proclamação da república no Brasil, destaca-se o samba “Liberdade! Liberdade! Abra as Asas sobre Nós”, o qual tem seu título originado de uma citação ao refrão do Hino da Proclamação da República de autoria de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque e Leopoldo Miguez. Tal samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense e que deu a essa escola o título do carnaval do ano de 1989, tem Niltinho Tristeza, Preto Jóia, Vicentinho e Jurandir como compositores. Segue tal samba:

Liberdade, liberdade abre as asas sobre nós (Niltinho Tristeza, Preto Jóia,
Vicentinho e Jurandir)

Vem ver, vem reviver comigo amor
O centenário em poesia

Nesta pátria, mãe querida
 O império decadente, muito rico, incoerente
 Era fidalguia
 Surgem os tamborins, vem emoção
 A bateria vem no pique da canção
 E a nobreza enfeita o luxo do salão
 Vem viver o sonho que sonhei
 Ao longe faz-se ouvir
 Tem verde e branco por aí
 Brilhando na Sapucaí
 Da guerra nunca mais
 Esqueceremos do patrono, o duque imortal
 A imigração floriu de cultura o Brasil
 A música encanta e o povo canta assim
 Pra Isabel, a heroína
 Que assinou a lei divina
 Negro, dançou, comemorou o fim da sina
 Na noite quinze reluzente
 Com a bravura, finalmente
 O marechal que proclamou
 Foi presidente

 Liberdade, liberdade!
 Abra as asas sobre nós
 E que a voz da igualdade
 Seja sempre a nossa voz

(NILTINHO et al, 1989)

(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/dudu-nobre/976179/>)

“Em liberdade, liberdade”, vê-se uma abordagem de composição pautada na comemoração não só do centenário republicano, mas tendo por vista que este veio a concomitar com o momento pós-Constitucional, percebe-se ainda nesta composição desde seu título, uma clara menção aos adventos de uma república democrática recém-instaurada, baseada na esperança de um povo que passou vinte e um anos sob o domínio do Regime Militar totalmente privado de liberdade e de direitos. Sob este aspecto, nota-se também neste samba, uma tendência metafórica de reportação a então recente derrocada da Ditadura Militar, em 1985. Tal referência de metáfora é percebida no trecho: “Vem ver, vem reviver comigo amor/O centenário em poesia/Nesta pátria, mãe querida/ O império decadente, muito rico, incoerente /Era fidalguia”. Ressalta-se que neste mesmo trecho, tal referência ao decadente e então destituído Regime Militar, se comprova de maneira mais significativa no então convite do compositor em se tratando de “reviver”, no presente contexto, ou seja, no ano do centenário da república, a queda do dito ‘Império muito rico e incoerente’, em uma clara analogia ao então passado Regime Militar.

Ainda sobre referências metafóricas contidas neste samba, relacionadas às aspirações e ideais concretizados no dado contexto político-social de extinção do período

ditatorial no Brasil, também se destacam os seguintes trechos, os quais fazem analogia deste com a abolição da escravatura, como também das lutas relacionadas a esse fato histórico ao qual também, historicamente tiveram êxito:

“Vem viver o sonho que sonhei [...] / Da guerra nunca mais Esqueceremos do patrono [...] / A imigração floriu de cultura o Brasil/ A música encanta e o povo canta assim/ Pra Isabel, a heroína/ Que assinou a lei divina/Negro, dançou, comemorou o fim da sina” [trechos de Liberdade, liberdade abre as asas sobre nós (NILTINHO TRISTEZA, PRETO JÓIA, VICENTINHO E JURANDIR, 1989).

Sobre tal analogia à Ditadura militar presente neste samba, relacionada no mesmo, com menções ao regime monárquico, em decadência no século XIX. A seguinte citação de Wellington Kirmeliene (2017), destaca-se “Memoráveis sambas de enredo” adaptado por Caroline Svitras para a web:

Liberdade!! Liberdade!! / Abra as asas sobre nós / E que a voz da igualdade / Seja sempre a nossa voz!!”. Inspirado no hino republicano, os versos da escola de samba de Ramos tiveram muito de seu sucesso junto aos entusiastas ligado ao momento histórico que o Brasil vivia. Após 25 anos de regime militar, o povo poderia eleger um presidente por meio de seu voto. Não se tratava então apenas de uma exaltação à velha República de 1889 do marechal Deodoro da Fonseca, mas uma oblação à nova República de 1989 ligada a Ulisses Guimarães e à constituição de 1988. Pelo passado falar do presente..., isso dá samba! (Fonte: <https://conhecimentoliteratura.com.br/memoraveis-sambas-de-enredo/>)

Dentro do referido contexto é válido frisar também a seguinte citação que relaciona tal analogia aos aspectos estruturais do desfile da Imperatriz Leopoldinense no dado ano 1989. Leia-se:

[...] A Imperatriz deixou a Marquês de Sapucaí como forte candidata ao título. Acabara de fazer uma apresentação excelente em todos os quesitos. O enredo foi contado de forma simples, mas bem encadeada. Primeiro vinham as alas mostrando o regime que seria derrubado e seu último ato, o Baile da Ilha Fiscal, representado num carro com foliões fantasiados de violinistas. Em seguida, os fatos que antecederam a proclamação da república: a Guerra do Paraguai, a imigração italiana e Abolição da Escravidão. O último carro era uma águia, símbolo da República. (MELLO, 2015, p. 265)

Tendo-se por encerrada a fase de abordagem dos principais sambas-enredos, considera-se aqui que os mesmos expressam de maneira significativa todas as eventualidades e nuances sociais, políticas e econômicas, transcorridas durante as décadas de 1970 e 1980, a saber, época da ditadura militar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados referentes a todos esses sambas-enredos abordados ao longo do presente trabalho, como notórios exemplos no que tange à capacidade de expressão contida nos mesmos, de abordar o transcorrer de todo o contexto político, social e econômico do Brasil, desde sua concepção de fundação, assim perpassando pelo período colonial, monárquico imperial, republicano, e principalmente, dado ao objetivo geral deste trabalho, das décadas de 1970 e 1980, abordando também como temas de suas composições, aspectos intrínsecos à ditadura militar no Brasil.

Diante de tal relevância, torna-se possível afirmar categoricamente, que os sambas-enredos constituem uma fonte historiográfica de suma importância documental, tendo em vista sua comprovada eficiência, no tocante à capacidade destes de fornecer em minúcias de detalhes, um apanhado geral de tudo o que é passível de circunstâncias como resultado das relações sociais advindas do contexto político e econômico de uma sociedade urbana.

Por meio dos sambas-enredos abordados no transcorrer deste trabalho, partindo do contexto de origem do samba-enredo moderno, através do processo de concepção e estruturação das escolas de samba do Rio de Janeiro, e assim por dizer da manifestação carnavalesca que as envolve, deu-se por comprovado o viés de interesse que envolvia intervenções do poder público em várias fases da história contemporânea do país, e aqui tendo-se por principal as transcorridas nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, devido ao grau de influência e, principalmente, de hegemonia cultural desta. Também mediante a observação e interpretação dos sambas-enredos aqui citados atingiu-se o objetivo de associar eventos históricos referentes o período de 1970 e 1980 aos samba-enredos compostos neste contexto.

Assim, o fator de eficácia encontrado na averiguação dessas composições, frente ao alcance do objetivo geral deste trabalho, que diz respeito à análise dos sambas-enredos cariocas, como das representações do contexto sociopolítico nas décadas de 1970 e 1980, perpassando pela instauração do Regime Militar no Brasil, sua destituição em 1985, e o processo de redemocratização do país, resultando na promulgação da constituição brasileira de 1988, e ainda às expectativas relacionadas a este último acontecimento no período recém pós-constitucional, mais precisamente em 1989.

Como comprovação de tal fator de eficácia, por meio desses sambas-enredos abordados no presente trabalho, foram retratados com detalhes, fatos intrigantes no tocante à

esfera do poder nacional deste período das décadas de 1970 e 1980, aos quais se tem como exemplo, o envolvimento da ditadura militar com o jogo do bicho, prática tida como ilegal até os dias de hoje, e que no período a que se propôs este estudo, patrocinou as escolas de Samba.

Sobre este referido acontecimento, chama-se aqui a atenção para o fato de que, por meio da análise contextual do samba-enredo “SONHAR COM REI dá LEÃO”, foi possível a atestação do fato de que os patronos dessas escolas de Samba, oriundos dessa prática ilegal, logicamente aqui se isentando os meios, contribuíram de maneira preponderante para a ascensão das escolas de samba do Rio de Janeiro nessa época, e de maneira mais significativa, na elevação desta manifestação ao patamar de “maior espetáculo da terra”. Uma vez que, com tal patrocínio, os “patronos bicheiros” elevaram as escolas de samba aos tidos aqui, padrões de “Super Escolas de samba S/A”.

Com relação ao fato citado acima, chama-se atenção também, a elevação do padrão estrutural das escolas do Rio de Janeiro, segundo a análise proposta de “Sonhar com Rei da leão”, transcorreu-se justamente no dado contexto do período de repressão à liberdade de expressão no então Regime Militar, e que de acordo com a reiterada eficácia da análise do contexto do samba-enredo em questão, foi possível atestar que a possibilidade de manutenção, como também a crescente estrutural desse espetáculo carnavalesco, juntamente com a concessão de uma certo contexto de proteção dos militares na época, foi oportunizada pela aliança do Regime Militar, então adeptos da “ordem, moral, e bons costumes”, com os “subversivos” magnatas do jogo do bicho.

Agora levando-se em conta, o contexto da década de 1970, de decorrências de variadas mobilizações sociais em forma de protestos e reivindicações e seus mais variados motivos, frente ao contexto opressor da época, como também da proeminente crise econômica ocasionada pelo Regime Militar, e também, das reivindicações na maior parte da década de 1970, só poderiam ser expressamente veiculadas por meio dos “dribles na censura”, cabe salientar que a presente explanação de todo esse contexto, deve-se à abordagem neste trabalho da análise do samba-enredo de 1971 do salgueiro, chamado de “Festa para um Rei Negro”, usado dentro da referida proposta de análise, como meio histórico-documental de denúncia, frente ao então contexto social e econômico da época, de estigma-racial e pobreza, mais ainda intensificado pelo contexto político-econômico do Regime Militar e desencadeado pela prática e execução de arbitrarias políticas econômicas nesse período.

Tendo em vista o contexto social e político do Regime Militar transcorrido na década de 1970, chegando em fins da mesma, mais exatamente, em 1980. Ressalta-se que

ocasionou-se nesse período uma abertura lenta e gradual do Regime, com tendências nesse período de um certo abrandamento, de tudo que naquela época podia-se referir à repressão da liberdade de expressão. Dessa época decorreu-se a Lei da Anistia, pela qual muitos exilados pelo Regime retornaram ao país e também a volta da pluralidade partidária.

Frente ao dado momento relatado acima, que é do ano 1980, o Samba-enredo de Martinho da Vila, chamado “Sonho de um sonho”, que remete um misto de acirradas críticas e aspirações ideológicas relacionadas e possibilitadas restritamente pelo dado momento de abrandamento, mas ainda de repressão da Ditadura Militar.

Retornando ao contexto das grandes Escolas de Samba S/A do Rio Janeiro, tendo pôr vista tal contexto, foi também atribuído, no presente trabalho, segundo vários escritos, de maneira significativa, à figura do carnavalesco maranhense Joãozinho Trinta. Na década de 1980, quando este padrão tinha se tornado homogêneo perante a grande maioria das escolas de samba do Rio, houve grandes dissensões, principalmente por parte dos compositores que, ancorados no descontentamento com a atribuição dada aos carnavalescos de diretores artísticos, julgaram supostamente que suas liberdades de expressão foram suprimidas, pois que a partir de então, os carnavalescos passaram a ter primazia na escolha e composição dos sambas-enredos, atribuição que antes cabia somente aos compositores.

Levando em conta o descontentamento, por parte dos compositores, também relacionado a tamanhas proporções que tomou tal espetáculo carnavalesco, devido à elevada ênfase dada pelos carnavalescos a aspectos estruturais dos desfiles, como alegorias, fantasias, efeitos especiais, sugestionados com os adventos televisivos de alcance nacional e internacional. Uma vez que todo esse aparato dos desfiles carnavalescos era evidenciado, em detrimento de aspectos orgânicos, tidos como originais pela classe dos compositores e defensores da tradicionalidade nos desfiles, no caso, a composição dos próprios sambas-enredos relacionada a aspectos primordiais do surgimento dessa manifestação carnavalesca, aos quais, tem-se como exemplo, a postura engajada na religiosidade afro-brasileira.

Dessa forma, torna-se pertinente o samba-enredo “Bum Bum Paticumbum Prugurundum” de 1982, da Imperatriz Leopoldinense como um documento que possibilitou por meio da análise do mesmo, a atestação desse momento no carnaval do Rio de Janeiro, que se interligava a toda conjuntura econômica e política influenciada pela Ditadura Militar nesse período.

Em 1988, chega-se à averiguação do contexto do samba-enredo “Kizomba, Festa da raça” da Unidos de Vila Isabel, como expressão rica em detalhes do momento de festa e que o país vivia depois de passada a época da repressão e censura do Regime Militar, então destituído desde 1985.

Tendo-se como referência também deste samba-enredo, percebida por meio tanto da sua análise quanto das lutas, protestos e reivindicações inerentes ao processo de redemocratização, que permeavam o Brasil de meados da década de 1970, até o ano da promulgação da Constituição brasileira, justamente em 1988, ano também do centenário da abolição da escravidão no Brasil. Com relação a este último acontecimento citado, chama-se aqui à atenção, para o fato de que “Kizomba” fez menção ao dado contexto mencionado fazendo alusões ao contexto abolicionista do século XIX.

E por fim em 1989, com os adventos da constituição e a recém retomada dos direitos assegurados pela mesma, e ainda considerando que neste mesmo ano foi também o ano do centenário da proclamação da República, encontra-se no samba-enredo “Liberdade! Liberdade! Abra as Asas sobre Nós” de 1989, um contexto de alusão da presente realidade de boas expectativas, tendo em vista os direitos recém conquistados através de uma reportagem histórica aos adventos da proclamação da república no século XIX.

Por fim, em fase de término do presente trabalho, torna-se convincente que a relevância do tema do mesmo, o qual se denomina “Os sambas-enredo carioca e a ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980: uma revisão histórica” situa-se principalmente no elevado patamar de importância que o gênero Samba adquiriu no decorrer do século XX até os dias atuais, importância tal dada principalmente pelo grau de identidade e caráter genuíno que essa estética musical deu ao povo brasileiro; salienta-se ainda o prestígio do reconhecimento internacional proporcionado por essa identidade musical, que ao longo do tempo e de forma concomitante foi emanada e adquirida pelo povo brasileiro, dando a este não só uma identificação, mas também, de maneira mais significativa, um pertencimento musical.

Logo, outro aspecto do presente trabalho, está no fato de que tal pertencimento musical foi aglutinado pelo povo brasileiro e ao mesmo tempo emanado pelo mesmo, à medida que a expressão, reprimida ou não, por meio dos sambas-enredos, no tocante aos ideais de justiça, perpassando pelas reivindicações e protestos decorrentes no dado período da ditadura Militar, como também das aspirações de um povo tão submetido aos impasses sociais de toda ordem, acabava por ser, em meio a um tempo de mãos atadas, uma das únicas armas de luta, que o povo brasileiro poderia “manusear” na então esperança de dias melhores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI. Livro revela elo entre Ditadura e contravenção. **Associação Brasileira de Imprensa**. 2016. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/livro-revela-conexao-entre-jogo-do-bicho-e-ditadura-militar/>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

ALMEIDA, Desni Lopes. **O Campo e a Política: a participação do campesinato na política maranhense (1955-1979)**. 2008. 78f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

ANDRADE, Vinicius de. “Os porões da contravenção”: livro revela ligações entre bicheiros e agentes da ditadura. **Livre Opinião**. 2015. Disponível em: <<https://livreopinioao.com/2015/11/26/os-poro-es-da-contravencao-livro-revela-ligacoes-entre-bicheiros-e-agentes-da-ditadura/>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.

ARAÚJO, Bernardo. **O Prazer da Serrinha: Histórias do Império Serrano**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2015.

BARBOSA, Zulene Muniz. As “temporalidades” da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**, São Luís, n. 9-10, p. 19-26. 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18970/14130>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BEIJA-FLOR, Neguinho. **Sonhar com Rei dá Leão. Rio de Janeiro**. 1976. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/neguinho-da-beija-flor/1433418/>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

BIDÚ, João. **Significado dos sonhos**. Disponível em: <<https://joaobidu.com.br/sonhos/significado-sonhar-com-leao-animal/>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

CORTÊS, Octávio H. D. G. **A política externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: FUNAG, 2010.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida et al (Org.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: UFMA; Jundiá: Paco. 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. **O salto do canguru: ditadura militar e reestruturação oligárquica no Maranhão pós-1964**. São Luís: UFMA, 2006.

FAHS, Ana C. Salvatti. **O Movimento Negro**. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-negro/>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. **Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados**. Rio de Janeiro: Coleção Memória Carioca, v. 3, 2001.

GOMES, Antônio Marcos. **Por um lugar na fábrica:** estratégias, limites e possibilidades para o ingresso numa indústria de alumínio. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

GREVES de 1978-1980 no ABC Paulista. Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: **Wikimedia Foundation**. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Greves_de_1978-1980_no_ABC_Paulista_>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

JONAS, Vila; Luiz Carlos da, RODOLPHO. **Kizomba, Festa da Raça**. Rio de Janeiro. 1988. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/vila-isabel-rj/473988/>>. Acesso em: 21 de jan. 2019.

JUPIARA, Aloy; OCTÁVIO, Chico. **Os porões da contravenção**. Rio de Janeiro: Record. 2015.

JUPIARA, Aloy; OCTÁVIO, Chico. Sambas-enredo enfrentaram o regime militar. Rio de Janeiro: **O Globo**. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sambas-enredo-enfrentaram-regime-militar-10304313>>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

LEMOS, Renato. **Inventores do Carnaval**. Rio de Janeiro: Verso Brasil. 2015.

MACHADO, Aluísio; CASEMIRO, Ludenir. **Bum Bum Paticumbum Prugurundum**. Rio de Janeiro. 1982. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/thiaguinho/bumbum-paticumbum-prugurundum/>>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

MELLO, Marcelo de. **O Enredo do meu Samba:** a história de quinze sambas-enredo imortais. Rio de Janeiro: Record, 2015.

NILTINHO; *et. al.* **Liberdade, liberdade abre as asas sobre nós**. Rio de Janeiro. 1989. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/dudu-nobre/976179/>>. Acesso em: 21 de jan. 2019.

PADEIRINHO. **O Grande Presidente**. Rio de Janeiro. 1956. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/jamelao/924977/>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

REI, Chico. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Rei>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**. São Paulo, n.85, p. 41-79. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

ROSA, Noel; ANESCAR. **Xica da Silva**. Rio de Janeiro. 1963. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/salgueiro-rj/683008/>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

SALGUEIRO, Acadêmicos do. **Chico Rei**. Rio de Janeiro. 1964. Disponível em: <[https://www.letras.com.br/academicos-do-salgueiro/chico-rei-\(1964\)](https://www.letras.com.br/academicos-do-salgueiro/chico-rei-(1964))>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

SILVA, Estanisláu; PENTEADO, Arlindo; VIOLA. **Exaltação a Tiradentes**. Rio de Janeiro. 1949. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mestre-marcal/exaltacao-a-tiradentes/>>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

SVITRAS, Caroline. Memoráveis sambas de enredo. **Conhecimento Prático Literatura**. 2017. Disponível em: <<https://conhecimentoliteratura.com.br/memoraveis-sambas-de-enredo/>>. Acesso em: 21 de jan. 2019.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. 5. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

VILA, Martinho da. **Sonho de um Sonho**. Rio de Janeiro. 1980. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/martinho-da-vila/287490/>>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

ZUZUCA. **Festa para um rei negro**. Rio de Janeiro. 1971. Disponível em: <<https://www.lettras.com.br/dominguinhos-do-estacio/festa-para-um-rei-negro/>>. Acesso em: 15 de jan. 2019.